



relatório da gestão  
do exercício 2010 EMEF

<b>1 – Mensagem do presidente.....</b>	<b>3</b>
<b>2 – Governo da empresa.....</b>	<b>4</b>
2.1 – Órgãos sociais.....	4
2.2 – Estrutura orgânica.....	9
2.3 – Remunerações e outros encargos.....	10
2.4 – Visão, missão e valores.....	10
2.5 – Informação sobre transacções relevantes.....	11
2.6 – Informação sobre contratos de prestação de serviços.....	11
2.7 – Código de conduta e ética.....	12
<b>3 – Actividade da empresa.....</b>	<b>13</b>
3.1 – Enquadramento macroeconómico.....	13
3.2 – Enquadramento do sector.....	14
3.3 – Actividade operacional.....	15
Fabrico de vagões.....	15
Manutenção e reparação de vagões.....	16
Manutenção de pendulares.....	16
UQEs 2300.....	17
UTEs 2240.....	18
UMEs 3400.....	18
Material diesel.....	18
Metro do porto.....	19
Inovação e tecnologia ferroviária.....	19
ACE siemens.....	22
Internacionalização.....	22
Restauro de comboios históricos.....	24
Fiabilidade e disponibilidade do serviço prestado.....	25
3.4 – Outras actividades.....	27
Sistemas de informação.....	27
Logística.....	28
Comercial e marketing.....	29
3.5 – Prazos médios de pagamentos e de recebimento.....	31
<b>4 – Recursos humanos.....</b>	<b>32</b>
4.1 – Efectivo.....	32
4.2 – Formação.....	32
4.3 – Responsabilidade social.....	34
<b>5 – Qualidade, ambiente e segurança.....</b>	<b>35</b>
5.1 – Qualidade.....	35
5.2 – Ambiente.....	36
5.3 – Higiene e segurança no trabalho.....	38
<b>6 – Investimentos.....</b>	<b>40</b>
<b>7 – Análise económica e financeira.....</b>	<b>41</b>
7.1 – Resultados.....	41
7.2 – Rendimentos e ganhos.....	41
7.3 – Gastos e perdas.....	43
7.4 – Fluxos de caixa.....	44
7.5 – Activo.....	45
7.6 – Passivo.....	46
<b>8 – Evolução do capital próprio.....</b>	<b>48</b>
<b>9 – Afectação de resultados.....</b>	<b>49</b>
<b>10 – Perspectivas futuras.....</b>	<b>50</b>



## 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Ano de 2010 foi um dos mais difíceis para Portugal.

Atravessamos tempos de crise, num contexto económico-financeiro internacional muito preocupante e fortemente sentido na contracção da actividade económica em importantes sectores nacionais. O sector dos transportes ferroviários não fica imune, muito pelo contrário, e a vida empresarial na EMEF ressentese, não só com o agravamento financeiro, mas também com a redução da procura.

Apesar deste enquadramento, a EMEF não cruzou braços, avançou com medidas estratégicas de reestruturação e de consolidação orgânica, prosseguindo a agilização de meios e processos. Dinamizou e incrementou projectos tecnológicos de inovação, ciente de que este é um dos caminhos mais assertivos para vencer estrangimentos e criar valor. Prosseguiu a aplicação e dinamização do plano de formação do pessoal, bem como as acções decorrentes da iniciativa governamental Novas Oportunidades, com resultados positivos num segmento fulcral do investimento para a empresa.

Desenvolveu-se esforços para contrariar a redução da procura, lançando-se uma acção de *marketing* mais agressiva, de conquista de novos mercados e de novas actividades através da EMEF Internacional. Mereceram referência especial: a consultoria técnica para a *Swiss Federal Railways* (SBB); o projecto de eficiência energética na frota dos suburbanos do Porto; e a parceria com a empresa tecnológica britânica *Nomad* para forneci-

mento de sistema de telemanutenção ferroviária.

Na prospecção de novos mercados e novos clientes, foram mercados-alvo: Espanha, Suíça, Inglaterra e Turquia, na Europa; Tunísia, Líbia e Argélia, no Magrebe; Síria e o Egipto, no Médio Oriente; e Costa do Marfim, Angola e Moçambique, em África. Evidenciam-se as perspectivas criadas em Angola, Moçambique, Suíça e Inglaterra.

Estes esforços tiveram expressão no acréscimo das vendas e serviços prestados, que totalizaram 84 milhões de euros, mais 4,5% do que no ano anterior, sendo contudo insuficientes para gerarem um resultado de exercício mais favorável que o de 2009. Essa variação foi rapidamente absorvida pelos significativos acréscimos nos custos operacionais, nomeadamente, consumos de materiais e componentes incorporados.

Neste ano conturbado e de tantas incertezas, a EMEF recebeu por parte dos seus colaboradores os mais variados e criativos esforços, pelo que agradecemos o profissionalismo demonstrado.

Ficam também os nossos agradecimentos ao Accionista, pelo acompanhamento da empresa; aos nossos Clientes e Fornecedores, pela confiança depositada nos nossos serviços.

Março de 2011

Presidente do CA:

Eng.º Carlos Alberto Clemente Frazão

## 2. GOVERNO DA EMPRESA

### 2.1 Órgãos Sociais

A CP é o único accionista da EMEF. Os actuais membros dos órgãos sociais da empresa foram eleitos na Assembleia Geral de 24 de Junho de 2010, na acta nº 48 da Assembleia Geral da EMEF e para um mandato de três anos.

A Presidência do Conselho de Administração da EMEF passou a ser exercida pelo Eng. Carlos Alberto Clemente Frazão, tendo cessado funções de Presidente o Eng. Francisco José Cardoso dos Reis e os Administradores Eng. Carlos Bento Nunes e Dr. Paulo José da Silva Magina. Nessa mesma data, para Vogal do Conselho de Administração, foi nomeado o Eng. José Manuel Sancho Pontes Correia.

Em Junho de 2010 foram alterados os Estatutos da EMEF, no seguimento do deliberado nas actas nº 48 e 49 dessa Assembleia e consequentemente:

- O Conselho de Administração deixou de ser constituído por cinco membros, dois não executivos e três executivos, para passar a ser composto por três administradores executivos;
- A forma de obrigar a sociedade mudou – passou da assinatura de dois membros do Conselho de Administração para, obrigatoriamente, a assinatura do presidente do Conselho de Administração, ou de quem o substitua, conjuntamente com outro Administrador.
- A fiscalização da sociedade passou a competir a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a KPMG & Associados, SROC, SA, cessando funções o fiscal único, Dr. Pedro Matos Silva.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### A. MANDATO 2010-2012

##### *ENG. CARLOS ALBERTO CLEMENTE FRAZÃO (Presidente)*

De Novembro de 2006 a Junho de 2010 – Presidente da Comissão Executiva da EMEF. Licenciado em Engenharia Electrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa. No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Director da Linha de Cascais, de Director de Projectos da FERBRITAS, de Vogal do Conselho Directivo do Gabinete Ferroviário de Lisboa, de Vogal do Conselho de Gerência da CP, de Vice-presidente do Conselho de Administração da REFER, EP, de Vogal não executivo do Conselho de Administração da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário SA, de Presidente (fundador) do Conselho de Administração da FERTREM – Operações Ferroviárias Internacionais, SA, de Presidente do Conselho de Administração da SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, SA, de Presidente do Conselho de Administração da FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, SA, de Vogal não executivo do Conselho de Administração da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, de Presidente (fundador) do Conselho de Administração da REFER TELECOM, SA.



Rita Alho Martins,  
Carlos Frazão  
e José Pontes Correia

### *DRA. RITA ALHO MARTINS (Vogal)*

Desde Novembro de 2006 – Vogal Executiva do Conselho de Administração da EMEF.

Mestre em Contabilidade pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, licenciada em Direito pela Universidade Internacional, bacharel em Gestão Hoteleira pelo Instituto Superior Politécnico Internacional, pós-graduada em Estudos Europeus – Variante Económica, pela Universidade Católica.

No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Vogal do Conselho Fiscal dos Estabelecimentos Fabris do Exército, de Chefe de Departamento de Planeamento, Controlo de Gestão e Estudos Económicos na INDEP – Indústrias Nacionais de Defesa, EP, de Vogal do Conselho de Gerência e Directora Administrativa, Financeira e de Informática do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, de Administradora do pelouro financeiro da SOINTAL – Casinos do Algarve, SA, de Administradora do pelouro financeiro e Directora da CREDIVALOR – Sociedade Parabancária de Valorização de Créditos, SA.

Na área académica, é docente de Matemática do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa desde 1975, leccionou cursos de formação e elaborou manuais de cálculo financeiro para o Ministério das Finanças da República Popular de Moçambique entre 1981 e 1983, leccionou cursos de formação de gestão financeira na EUROGEC, Lda., em 1994.

### *ENG. JOSÉ MANUEL SANCHO PONTES CORREIA (Vogal)*

Desde Junho de 2010 – Vogal Executivo do Conselho de Administração da EMEF.

Licenciado em Engenharia Civil (Urbanização e Transportes), pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa.

No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Chefe do Serviço de Horários da CP, de representante da CP na Comissão de Horários da UIC e no *Forum Train-Europe*, de Representante da CP e do Ministério dos Transportes na Comissão Permanente da Hora, de Responsável pela Equipa de Implementação do Serviço Alfa Pendular da CP, de Vogal da Comissão Executiva da UVIR (Unidade de Viagens Interurbanas e Regionais), de Responsável pela gestão das infra-estruturas ferroviárias e projectos ramais, de Director Coordenador da CP – Longo Curso e de Representante na Comissão de Passageiros (UIC) e no Grupo de Trabalho de Passageiros (CER). Exerceu, ainda, funções de Administrador Executivo da empresa FERBRITAS, SA, Empreendimentos Comerciais e Industriais e de Responsável técnico pela exploração e comercialização dos Agregados produzidos nas Pedreiras de Monte das Flores e Castelo Ventoso.

## **B. ATÉ JUNHO DE 2010**

### *ENG. FRANCISCO JOSÉ CARDOSO DOS REIS (Presidente)*

Desde Julho de 2006 – Presidente do Conselho de Gerência da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e actualmente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE. Nessa qualidade, exerce funções em empresas participadas pela CP, sendo Presidente do Conselho de Administração da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, SA, desde Novembro de 2006, tendo sido Presidente da FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA entre 2006 e 2008. É actualmente Vice-presidente da Associação Portuguesa de Energia.

## 2. GOVERNO DA EMPRESA

É ainda membro dos comités de Gestão da CER – *Community of European Railway and Infrastructure Companies* e do Comité de Gestão da UIC – *Worldwide International Organisation of the Railway* – Europa desde Janeiro de 2007.

Com vasta experiência no sector dos transportes ferroviários, foi anteriormente Presidente do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional, REFER, EP (2000-2002), da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA (2001-2002), da FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, SA (2003-2006 e 1997-2000). Foi ainda engenheiro do Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa (GNFL) (1988-1990), Vogal do Conselho Directivo (1990-1992) e Vice-presidente do GNFL entre 1993 e 1997 e Vogal do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EP (1997-2000). Foi igualmente Presidente do Agrupamento Europeu de Interesse Económico Portugal – Espanha, AVEP – Alta Velocidade Espanha – Portugal (2001-2002), Vice-presidente da associação dos gestores europeus de infra-estruturas ferroviárias – EIM (2002) e Vogal do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, na área de especialização em caminhos-de-ferro. Iniciou a sua carreira como engenheiro da empresa Caminhos de Ferros Portugueses – CP, EP, em Outubro de 1982, integrando o quadro do Gabinete de Estudos e Projectos da Direcção de Equipamento.

É licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, ramo de Urbanização e Transportes, com a média final de 14 valores (1980). Exerceu como docente da pós-graduação em Engenharia Ferroviária, ministrada na Universidade Católica Portuguesa no ano lectivo de 2004/2005, na cadeira de Renovação e *Upgrading* da Infra-Estrutura Ferroviária.

### *ENG. CARLOS ALBERTO CLEMENTE FRAZÃO (Presidente da Comissão Executiva)*

Actualmente Presidente do Conselho de Administração da EMEF. Elementos biográficos apresentados no ponto anterior deste documento.

### *ENG. CARLOS JOSÉ BENTO NUNES (Vogal)*

Licenciado em Engenharia Civil (pontes e estruturas especiais), pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa. No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Vogal do Conselho de Administração do INTF – Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, de Vogal não Executivo do Conselho de Administração da REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, SA, de Vogal do Conselho de Administração do SIMAB, Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA, de Vogal não Executivo do Conselho de Administração da INVESFER – Promoção e Comercialização de Terrenos e Edifícios, SA, de Vogal do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional, REFER EP, de Assessor Superior do Conselho de Administração da REFER EP, de Vogal Executivo do Conselho de Administração do MMF – Mercado Municipal de Faro, SA, de Vogal Executivo do Conselho de Administração do MACB – Mercado Abastecedor da Cova da Beira, SA, de Vogal Executivo do Conselho de Administração do MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, SA, de Vogal Executivo do Conselho de Administração do MAC – Mercado Abastecedor de Coimbra, SA.

### *DR. PAULO JOSÉ DA SILVA MAGINA (Vogal)*

Desde Julho de 2006 – Vogal do Conselho de Gerência da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e

actualmente Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE, exercendo ainda funções em empresas participadas pela CP, sendo para o efeito Vogal do Conselho de Administração da EMEF, presidente do Conselho de Administração da FERGRÁFICA, Artes Gráficas, SA e Vogal do Conselho de Administração da EUROFIMA.

Anteriormente, foi adjunto do Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes no XVII Governo Constitucional (2005–2006). Entre 2003 e 2006 desenvolveu o projecto da INFOCAPITAL, Representação Informática, SA, na qual foi Presidente do Conselho de Administração e *Chief Financial Officer*, tendo sido igualmente Consultor Financeiro e Assessor da Administração de várias empresas. Entre 1996 e 2003 foi sócio do Fundo Europeu de Investimentos *Euroknights IV* e Vogal do Conselho de Administração de várias empresas detidas pelo Fundo em vários sectores de actividade. Foi ainda Director de Investimentos, Projectos e Concessões da Argos Soditic Portugal – Consultadoria, Lda. e analista sénior da QUIFEL SGPS, SA, *holding* de investimentos privada (1992–1996). Começou a carreira em 1991 como analista do *Chemical Bank* para as áreas de risco, crédito e mercado de capitais.

Tem uma licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, com a média de 15 valores (1991). Foi docente no PAFE – Programa Avançado de Finanças para Executivos, da Universidade Católica Portuguesa, e docente convidado no MBA (*Masters in Business Administration*) da mesma Universidade, na disciplina de Planeamento Estratégico Financeiro (2004–2006).

#### *DRA. RITA ALHO MARTINS (Vogal)*

Actualmente Vogal do Conselho de Administração da EMEF. Elementos biográficos apresentados no ponto anterior deste documento.

## CONSELHO FISCAL

#### *DRA. ELSA MARIA RONCON SANTOS (Presidente)*

Licenciada em Economia, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

Actualmente, exerce funções de Assessora do Conselho de Administração e de Presidente da Comissão de Ética da CP.

No seu percurso profissional exerceu, entre outras funções, a de Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da FERNAVE e, em representação desta, Presidente do Conselho de Administração da ECOSAÚDE, SA e do Conselho de Gerência da PACTOGEST, Lda, além de Vogal da SESI, SA. Foi também Vogal do Conselho de Administração da REFER, EP; Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento – Prof. Fernando Pacheco – no XIV Governo Constitucional; Vogal do Conselho de Gerência da CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, EP, com os pelouros financeiro, sistemas de informação e, posteriormente, de auditoria interna; Em representação da accionista CP, EP, Vogal do Conselho de Administração da EMEF, SA e Vogal do Conselho de Administração da CPCOM, SA.

Representante do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território na Comissão Organizadora da Entidade Gestora das Infra-Estruturas Ferroviárias; Vogal do Conselho de Gerência do Metropolitano de Lisboa, EP e, em representação desta, Vogal do Conselho de Administração do ASSER –



## 2. GOVERNO DA EMPRESA

ACE, Presidente do Conselho Fiscal da FERNAVE, SA; Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, do Comércio Externo e da Indústria – Prof. António de Sousa – no XII Governo Constitucional; Vogal do Conselho Fiscal do MARL, SA; Vogal do Conselho Fiscal da SI – Sistemas de Informática, SA (empresa do Grupo Caixa Geral de Depósitos); Técnica na IPE – Investimentos e Participações Empresariais e Instituto de Investimentos Estrangeiros.

### *DR. JORGE MIGUEL CAMPOS MARTINS (Vogal)*

Licenciado em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa e Revisor Oficial de Contas. No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de *Manager* de Auditoria na KPMG, de Director de Planeamento e Controlo de Gestão na REFRIGE – Sociedade Industrial de Refrigerantes, SA e de Director Financeiro da Sociedade HERDADE DA COMPORTA – Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, SA.

### *DR. ANTÓNIO MANUEL PASCOAL RIBEIRO MEDEIROS (Vogal)*

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da U.T.L. No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Director do Departamento de Contabilidade Analítica e Controlo Orçamental da CP e Consultor de Gestão colaborando com diversas empresas. Na área académica, foi assistente convidado do ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão – UTL – Departamento de Gestão – leccionando as disciplinas de Análise Financeira, Gestão Financeira, Cálculo Financeiro, Contabilidade Financeira, Contabilidade de Gestão e foi Formador Externo de diversas entidades nas áreas de Gestão.

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS

### *DRA. CRISTINA FERREIRA*

Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1987). Revisor Oficial de Contas e membro da Ordem dos Economistas. *Partner* da KPMG & Associados, SROC, SA. A sua actividade tem sido bastante diversificada, tendo dirigido e supervisionado diversos trabalhos de auditoria financeira. Participou ainda em diversos projectos de consultoria, como avaliações de empresas, *due diligence*, reestruturações empresariais (cisões, fusões, etc.), levantamento e avaliação de sistemas de controlo interno e elaboração de manuais de controlo interno. Recentemente, esteve envolvida em projectos de conversão IAS/IFRS em diversas empresas de grupos internacionais e nacionais. Tem participado em várias acções de formação de IFRS e SNC como formadora. Nas suas funções de Revisor Oficial de Contas, é membro do órgão de fiscalização de diversas empresas, colaborando em trabalhos de reestruturação empresarial (cisões, fusões, destaque de activos, etc.). Tem experiência no sector dos transportes, nomeadamente em auditoria e na conversão para IFRS de uma empresa do sector.

## ASSEMBLEIA GERAL

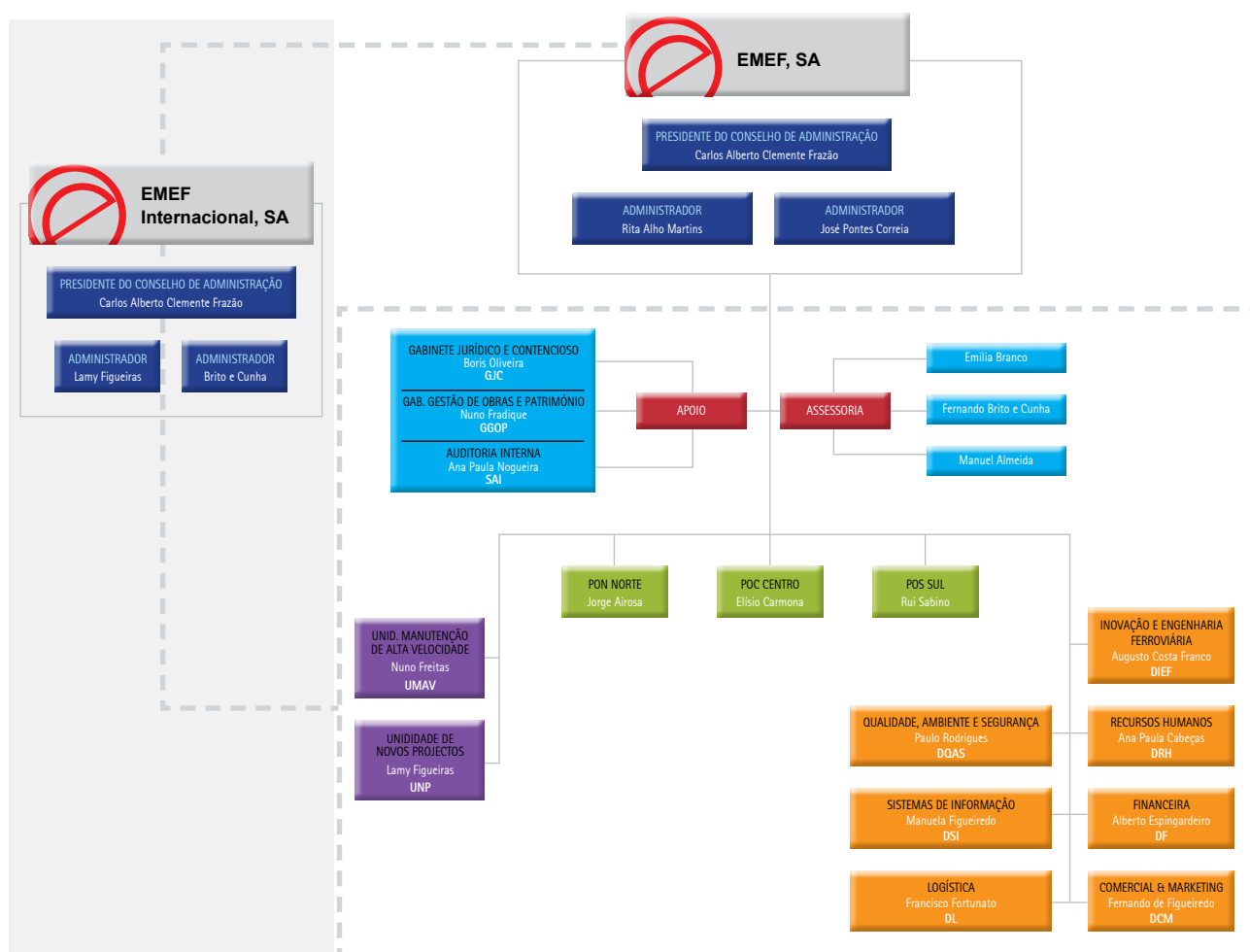
**Eng. Armando Fonseca Mendes** (Presidente)

**Dra. Maria Romana da Cunha Vasconcelos** (Secretário)



## 2.2 Estrutura orgânica

Prosseguindo o esforço de reorganização da EMEF, foram constituídos o Parque Oficial Sul (POS), o Parque Oficial Centro (POC) e a Direcção de Inovação e Engenharia (DIEF), na sequência da extinção da Manutenção da Figueira da Foz e da Manutenção Lisboa (cujos serviços foram incorporados naqueles Parques) e da Direcção de Engenharia, apresentando actualmente o organograma da empresa a seguinte configuração:



## 2. GOVERNO DA EMPRESA

### 2.3 Remunerações e outros encargos

#### Montantes auferidos no ano de 2010:

Órgãos Sociais	Remuneração	Despesas Representação	Abonos por Deslocação	Subsídio de Refeição Isento	Subsídio de Refeição Sujeito	Encargos sociais	Código do regime de seg. Social
CARLOS ALBERTO CLEMENTE FRAZÃO (Presidente CE)	56.966,63	14.693,58	701,70	576,90	257,40	11.003,39	Reg. 633
RITA ADELAIDE ALHO MARTINS (Vogal)	51.269,93	13.224,24	1.520,35	576,90	257,40	13.759,71	Reg. 669
CARLOS BENTO NUNES (Vogal) (1)	31.318,47	6.318,89	2.222,05			7.997,94	Reg. 669
JOSÉ MANUEL SANCHO PONTES CORREIA (Vogal) (2)	29.048,88	7.468,72	350,85	557,67	248,82	7.812,86	Reg. 669

(1) Cessação do mandato a 17.06.2010

(2) Início do mandato a 24.06.2010

ASSEMBLEIA GERAL (em euros)	
Nome	Senhas presença
ARMANDO FONSECA MENDES (Presidente)	1.097,36
MARIA ROMANA DA CUNHA VASCONCELOS (Secretário)	648,44

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (em euros)	
Nome	Senhas presença
KPMG & Associados, SROC, SA,	7.500,00



### 2.4 Visão, missão e valores

#### VISÃO

Ser a referência nacional em material circulante ferroviário.

#### MISSÃO

Tradicionalmente ligada ao sector do Transporte Ferroviário, a EMEF assume a missão de criar valor para os clientes, colaboradores e accionista. É o reconhecimento da missão da empresa que a faz mover, que lhe confere sentido e que funciona como elemento agregador do esforço que cada um despande no seu dia-a-dia de trabalho.

## VALORES

É pela concretização do compromisso que a missão representa que todas as acções e comportamentos desenvolvidos ao serviço da empresa têm em mente um conjunto de valores e princípios específicos, que devem estar na mente de cada um de nós.

- Desenvolver actividade voltada para o cliente;
- Criar condições de segurança para os colaboradores e para o material circulante ferroviário;
- Proteger o ambiente;
- Gerir a actividade com níveis de sustentabilidade económico-financeira.

## 2.5 Informação sobre transacções relevantes

Em matéria de aquisição de bens e serviços, foram seguidos os procedimentos constantes das Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços e os Procedimentos Funcionais da Qualidade, em vigor na empresa, para Aquisição de Materiais e Equipamentos, garantindo o cumprimento dos princípios de transparência, igualdade e concorrência.

Foram celebrados contratos de fornecimento de rolamentos com a SKF, SDR e Roeirasa; e de fornecimento de equipamento ferroviário com a Faiveley. Foi renegociado o contrato de aquisição de rodas com a Bonatrans. A EMEF vê-se, desde longa data, obrigada a trabalhar num mercado monopolista, já que um número muito reduzido de fornecedores representa cerca de 80% do valor das compras.

Constata-se, assim, um mercado de exclusividade, onde muitos fabricantes multinacionais de comboios e de sistemas ferroviários são, hoje, integradores de peças de material circulante, sendo o negócio do fornecimento de componentes uma das suas importantes fontes de receita. Há peças, consideradas *standard* especial, cuja venda está proibida a terceiros.

A EMEF, para ultrapassar esta prática, tem procurado localizar/negociar com OEM (*Original Equipment Manufacturers*), tendo-se mostrado esta prática manifestamente positiva.

## 2.6 Informação sobre contratos de prestação de serviços

O Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de Maio de 2010, divulgado através do Ofício 6132/2010, de 6 de Agosto, estabeleceu os procedimentos adoptados relativamente aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros.

Foi dado conhecimento do referido despacho a todas as direcções e quadros da empresa envolvidos em processos de aquisição de serviços, com instruções para o seu cabal cumprimento nos procedimentos abrangidos.

Todas as transacções realizadas cumpriram os termos do despacho acima mencionado.

### 2.7 Código de conduta e ética

A primeira versão do Código de Ética da EMEF foi aprovada em 3 de Novembro de 2010. Acolhe os princípios de conduta e de ética definidos pelo accionista no seu código homólogo.

**O Código de Ética estabelece como valores fundamentais da empresa:**

- a) A excelência do serviço, assente na segurança e na qualidade, no rigor, no civismo, na educação e na urbanidade;
- b) A verdade, honestidade e transparência;
- c) A equidade;
- d) A qualidade do trabalho, a produtividade, a igualdade no tratamento e oportunidades entre homens e mulheres, a não discriminação e a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

### 3.1 Enquadramento macroeconómico

O ano de 2010 ficou marcado pelo agravamento da crise orçamental que vinha afectando de forma mais acentuada países como a Grécia, Espanha, Irlanda e Portugal, com consequências nefastas ao nível das respectivas dívidas soberanas.

Os índices de risco e, conseqüentemente, as taxas de juro da dívida pública atingiram máximos históricos, com as agências de notação a efectuar sucessivos cortes no *rating*, o que teve fortes implicações nos custos de financiamento do Estado e das instituições financeiras.

Tal situação limitou o financiamento e repercutiu-se nos particulares e nas empresas, que viram significativamente restringido o acesso ao crédito.

Os mercados mantiveram-se fechados a Portugal e só a repetida intervenção do Banco Central Europeu permitiu manter os fluxos financeiros indispensáveis ao funcionamento da economia portuguesa.

Esta conjuntura exigiu mesmo o estabelecimento de um primeiro acordo entre o Governo e o principal partido da Oposição, na primeira metade do ano, reforçado por um segundo Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), pouco antes da discussão do Orçamento de Estado para 2011.

As medidas de contenção da despesa pública desencadeadas levaram o Governo a prever que o défice de 2010 se situaria abaixo do objectivo de 7,3% do PIB.

Contudo, a obrigatoriedade de incluir nas contas nacionais as imparidades do BPN (mil milhões de euros), a execução de garantias do BPP (450 milhões de euros) e a reclassificação de empresas de transportes (REFER, Metro de Lisboa e Metro do Porto) viria a fixar o défice de 2010, de acordo com apuramento provisório, em 8,6% do PIB.

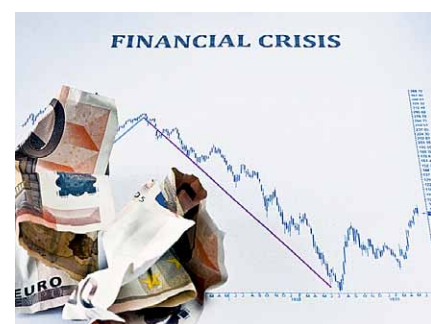
Além do reforço da contenção do défice público, foram também desencadeadas medidas do lado da receita, sobretudo no âmbito fiscal.

Não obstante, a economia portuguesa conseguiu crescer em 2010. O PIB aumentou 1,3% em volume face a 2009.

As exportações ascenderam a 36.769 milhões de euros (+15,7%), crescendo mais do que as importações, que atingiram 56.783 milhões de euros (+10,5%). No entanto, o diferencial de 20.014 milhões de euros manteve a balança comercial negativa.

Destaca-se ainda o incremento da taxa de inflação, que foi de 1,4% em 2010, o que representa mais 2,2 pontos percentuais face ao ano anterior, no qual se tinha registado uma deflação de 0,8%.

O Sector Empresarial do Estado foi particularmente afectado por esta conjuntura, com o adiamento de alguns projectos e investimentos anteriormente programados.



*O Sector Empresarial do Estado foi particularmente afectado pela conjuntura de crise financeira e orçamental, assistindo-se ao adiamento de alguns projectos e investimentos anteriormente programados*

### 3.2 Enquadramento do sector

Desde há décadas que o operador público do sector do transporte ferroviário (CP) apresenta défices operacionais, financiados fundamentalmente por endividamento bancário, com forte impacto no agravamento dos resultados líquidos.



A necessidade de reduzir o défice público e a conjuntura de crise comprometeram alguns projectos da CP, o principal cliente da EMEF, na área da aquisição de material circulante. Pelos mesmos motivos, também se alterou a prioridade atribuída ao projecto de Alta Velocidade.

Em ambos os casos, a EMEF teria uma participação muito activa na montagem e conservação de todo o material circulante produzido, o que permitiria à empresa rentabilizar a sua capacidade instalada e aumentar significativamente os rendimentos.

*A actual situação do País implicou a redução do tráfego da CP, o que conduziu a uma menor utilização do material circulante, que se reflectiu imediatamente na actividade de manutenção ferroviária*

Não se perspectiva uma alteração substancial deste cenário de indisponibilidade de investimento do Estado no sector ferroviário. O limite de endividamento do Sector Empresarial do Estado em 2010 foi fixado nos 7%, devendo diminuir um ponto percentual por ano, de forma a atingir os 4% em 2013, o que corresponde a um crescimento médio anual de 5,5%, metade do verificado no período 2007-2009.

Além destes constrangimentos, a actual situação do País implicou ainda, em 2010, a redução do tráfego da CP, o que conduziu a uma menor utilização do material circulante, que se reflectiu imediatamente na actividade de manutenção ferroviária. O sector do transporte ferroviário está em profunda mudança. Devido à progressiva liberalização deste mercado, mas também pela anunciada privatização de empresas. O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, aprovado em 2010, aponta para uma possível alienação parcial da participação do Estado na CP Carga e na EMEF, assim como a concessão da exploração de algumas linhas da responsabilidade da CP, nomeadamente na área da Grande Lisboa e do Grande Porto.

O referido PEC estabelece que a entrada de capitais privados em empresas de que o Estado é accionista único constitui um elemento potenciador de ganhos de eficiência, desde logo pelos desafios que, numa lógica de gestão privada, se colocam aos novos detentores do capital, tendo em vista a rentabilização dos capitais investidos.



## 3.3 Actividade operacional

### FABRICO DE VAGÕES

A EMEF concebeu e fabrica os primeiros vagões a nível europeu que respeitam integralmente a recente especificação técnica de interoperabilidade.

A EMEF deu continuidade, em 2010, ao cumprimento dos dois contratos de fornecimento de vagões à CP Carga, envolvendo a produção de 300 unidades de *bogies* (Sgnss de 60 pés) e de 100 unidades de 2 eixos (Lgnss de 45 pés) no prazo de três anos.

Foram entregues à CP Carga, até ao final do ano, 120 vagões Sgnss de 60 pés e 40 vagões Lgnss de 45 pés. Trata-se dos primeiros vagões de concepção e fabrico inteiramente nacional, em resultado da participação no projecto de diversas empresas portuguesas, o que constitui uma mais-valia para o sector metalomecânico ferroviário.

O projecto destes vagões é da autoria da EMEF, que é a detentora integral dos direitos. Estes são, aliás, os primeiros vagões a nível europeu que respeitam integralmente a recente Especificação Técnica de Interoperabilidade.

O projecto e a construção foram verificados e acompanhados por um Organismo Notificado Português – Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária (APNCF), de acordo com as exigências da União Europeia. Em 2010, estes equipamentos obtiveram homologação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT).

Durante este ano foram ainda elaboradas várias propostas de fornecimento de vagões, aguardando-se ainda o resultado dos respectivos concursos.



Os primeiros vagões de concepção e fabrico inteiramente nacional



### 3. ACTIVIDADE DA EMPRESA



#### MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VAGÕES

Manteve-se em 2010 o ritmo da actividade de manutenção/reparação preventiva de vagões, cuja frota se encontra totalmente dentro do ciclo de manutenção.

Também em 2010 foi assinado um contrato com a CP Carga, com vista à manutenção integral do seu parque de vagões. Outro contrato assinado neste ano diz respeito à modificação da engatagem e tracção de 90 vagões da série 933 (transporte de carvão).

Quanto a outros clientes, foi totalmente cumprido o programa de manutenção preventiva/correctiva de vagões para a Tejo Energia (série 933) e para a Autoeuropa (série 291), actividades desenvolvidas no Poceirão. Neste último caso, efectuou-se a modificação de 60 vagões (colocação de lombas) para o transporte de novo modelo de automóvel.

#### MANUTENÇÃO DE PENDULARES

Experiência de 14 anos na manutenção dos comboios pendulares da CP, que já atingiram 30 milhões de quilómetros de serviço comercial.



*O desempenho da frota de pendulares em 2010 foi, uma vez mais, excelente*

A EMEF é responsável pela manutenção dos comboios pendulares (CPA4000) da CP, projecto iniciado em 1996 e que envolve o acompanhamento do fabrico e colocação em serviço desta série de comboios. O desempenho da frota de pendulares em 2010 foi uma vez mais excelente, tendo o serviço comercial decorrido sem quaisquer sobressaltos.

Este trabalho é assegurado pela Unidade de Manutenção de Alta Velocidade (UMAV) da EMEF, que tem como negócio principal a manutenção de material circulante ferroviário, com especial enfoque na manutenção de composições de longo curso complexas, de alta velocidade, densamente equipadas e com elevadas exigências de disponibilidade, fiabilidade e qualidade de serviço.

A experiência de 14 anos e de 30 milhões de quilómetros de serviço comercial dotou a EMEF de competências e capacidades na manutenção de material circulante ferroviário de última geração, o que a torna hoje numa organização prestigiada e reconhecida por muitas entidades nacionais e internacionais.

### *Swiss Federal Railways (SBB)*

Qualidade do trabalho desenvolvido para a SBB garantiu a assinatura de mais dois contratos.

A empresa desenvolveu em 2010 um trabalho de consultoria técnica para a *Swiss Federal Railways* (SBB), num total de três contratos. Este trabalho iniciou-se com a reformulação dos planos de manutenção da frota ETR470 (*pendolinos*). A qualidade deste primeiro trabalho foi amplamente reconhecida pela SBB e possibilitou a concretização de dois contratos adicionais relacionados com a manutenção (Basileia) e reparação (Yverdon-les-Bains) dos ETR470.

O prestígio adquirido com esta parceria proporcionou, para já, a integração da EMEF num grupo constituído pelos operadores de caminhos-de-ferro da Finlândia, da República Checa e da Suíça, que visa reunir "massa crítica" para a optimização do desempenho na manutenção de comboios pendulares destas organizações.

### *Alta Velocidade*

Na área do projecto de Alta Velocidade, foram mantidos contactos com a RAVE e com fabricantes de material circulante, dando-se início a um programa que visa implementar as normas de interoperabilidade na organização da manutenção de comboios pendulares. Este programa tem como fim a aquisição de conhecimento e experiência para a montagem da organização da manutenção dos comboios de alta velocidade, de acordo com o actual quadro normativo.

### *Metodologia RCM*

A melhoria de competências no âmbito da metodologia RCM (*Reliability Centred Maintenance*), que é uma vantagem competitiva da EMEF e lhe permitiu aceder a excelentes patamares de segurança, de disponibilidade e de fiabilidade na frota de pendulares, também não foi descurada em 2010.

A aposta no desenvolvimento de conhecimento nesta área foi concretizada com o avanço do projecto RCM *online* de telemanutenção e com o aperfeiçoamento dos sistemas de informação orientados para a Manutenção Centrada na Fiabilidade PGF4000, o Sistema de Gestão da Fiabilidade dos CPA4000.

### **UQEs 2300**

O Parque de Material Motor da CP Lisboa de UQEs 2300 entrou, em 2007, no ciclo de vida que exigia intervenção classificada, pela sua natureza, de grande reparação, visando prolongar a sua vida útil em mais 15 anos.

Do total de 42 unidades nesta situação e que entraram gradualmente ao serviço na Linha de Sintra em 1992, já foram concluídas 36.



### 3. ACTIVIDADE DA EMPRESA



#### UTEs 2240

Com o atingir dos 620.000 quilómetros em unidades desta série, prosseguiram em 2010 as intervenções de V1 na área da manutenção, as quais são executadas fora do *forfait*.

Tratando-se de uma série remodelada, foi continuado em 2010 o estudo RCM para a elaboração de um novo ciclo de manutenção, o qual já foi aprovado pela equipa auditora constituída pela CP Frota e EMEF.



#### UMEs 3400

Foi realizada a revisão do Ciclo de Manutenção e do Plano de Qualidade das UMEs 3400, tendo como suporte a metodologia RCM. Este trabalho conduziu à implementação de novos procedimentos oficiais, que geraram uma maior disponibilidade do material circulante para o cliente, executando-se as intervenções de manutenção com imobilizações reduzidas de modo a que estas fossem inseridas nos intervalos das rotações.

### MATERIAL DIESEL

#### *Parque Oficial do Sul - Barreiro*

Nas oficinas do Parque Oficial Sul (POS), no Barreiro, foram realizadas 44 **actividades de reparação** nas séries 1900/30 (18 actividades), 1400 (16) e 1550 (10).

No que se refere ao **programa de manutenção**, efectuaram-se intervenções preventivas/correctivas em todas as séries de material circulante da responsabilidade do POS, num total de 198.

Nestas séries, a fiabilidade global (número de incidentes por milhão de quilómetros) do Material Motor ascendeu a 20,86, apenas mais 1,19 do que o objectivo.

Relativamente às **melhorias realizadas** em 2010 no POS, destaca-se o seguinte:

- Desenvolvimento do projecto "monitorização do ensaio de potência das locomotivas diesel-eléctricas";
- Início de um conjunto de modificações nas locomotivas Alstom (1ª série 1901/13);
- Início da abertura das vigias no leito das locomotivas 1550 MLW;
- Arranque do fabrico de 32 conjuntos pneumáticos (convel) para unidades da série 592;
- Fabrico do equipamento de impregnação das carcaças dos motores de tracção pelo processo de vácuo;

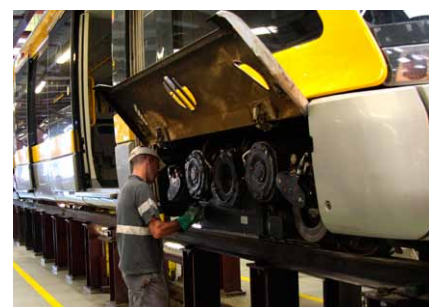


### *Parque Oficinal do Norte*

Nas instalações do Parque Oficinal do Norte (PON), deu-se início ao processo contratual com o cliente RENFE para a manutenção das **automotoras diesel UTE592**, que resultaram na realização das visitas de manutenção nível I e em 3 intervenções de reparação tipo R adicionadas na substituição do pavimento e montagem de CONVEL e rádio solo, tendo sido efectuada uma intervenção em 2010.

## METRO DO PORTO

A EMEF faz a manutenção dos 72 veículos da frota *Eurotram* do Metro do Porto desde o início da operação, em 2002. Em 2010, realizaram-se 16 intervenções no material circulante, correspondentes aos 480.000 quilómetros, dando continuidade ao cumprimento do contrato assinado em Dezembro de 2008.



## INOVAÇÃO E TECNOLOGIA FERROVIÁRIA

A UITF já desenvolveu vários produtos para o mercado ferroviário nacional e internacional. A exportação de tecnologia é um dos objectivos desta unidade.

A Unidade de Inovação da EMEF (UITF) foi criada em 2007, reunindo experiência de quadros técnicos portugueses nas áreas de reparação, modernização e manutenção ferroviária.

O Pólo de Inovação do Porto (Guifões), com um grupo de investigação oriundo de parceria com a FEUP, foi em 2009 reforçado com a activação do Pólo de Inovação da Amadora (antigas instalações da Bombardier), onde funciona o grupo de investigação para aplicações ferroviárias, com Labfer (Laboratório de Tecnologia Ferroviária) e CTM (Centro de Telemanutenção Ferroviária).

Do trabalho desenvolvido por esta unidade de investigação da EMEF resultaram já vários produtos para o mercado ferroviário nacional e europeu, que são exemplo da mais-valia obtida pela aposta em recursos nacionais.

A actividade de Inovação na EMEF, de acordo com directrizes da tutela e suportada por uma forte aposta do seu executivo, permitiu obter resultados positivos, invertendo alguma dependência tecnológica na importação de bens e serviços.

Num futuro próximo, perspectiva-se a concretização de vários projectos com aplicação directa no sector ferroviário, trazendo resultados financeiros favoráveis à exportação de tecnologia e alterando o paradigma da dependência – em tempo e preço – verificada na reparação e obtenção de bens e serviços.



*Do trabalho desenvolvido pela UITF resultaram já vários produtos para o mercado ferroviário nacional e europeu*



### 3. ACTIVIDADE DA EMPRESA



A EMEF conquistou o prémio "Inovar Cooperar" com o projecto de eficiência energética na frota UME 3400

No decorrer do ano de 2010 destacam-se os seguintes projectos:

#### *Projecto de Eficiência Energética na frota UME 3400 dos suburbanos do Porto*

A EMEF concluiu, no final de 2010, a instalação de um sistema embarcado que permite otimizar o consumo de energia eléctrica em toda a frota de automotoras eléctricas UME 3400, que realiza o serviço suburbano no Porto.

Este projecto tem potencial para ser implementado em outras séries de material circulante em Portugal e no estrangeiro, estando também já em curso nos suburbanos de Lisboa, na série UQE 2300/2400.

#### *Inovação Ferroviária da EMEF aplicada no Reino Unido*

A Direcção de Inovação e Engenharia da EMEF, em parceria com a empresa tecnológica britânica *Nomad*, ganhou o concurso para fornecimento de sistema de telemanutenção ferroviário com recurso a manutenção sob condição, ao operador britânico *Northern Rail*.

O cliente britânico tem como objectivo para este projecto a extensão da telemanutenção e manutenção baseada na condição para outros sistemas do material circulante, bem como para toda a frota *Rail Class 156* e restantes em operação que este operador detém (aproximadamente 300 automotoras diesel).

#### *Demonstração do Projecto Europeu SAFERAIL a decorrer em Portugal*

O SAFERAIL é um dos projectos de investigação co-financiado pela Comunidade Europeia (Ref. SCP7-GA-2008-218674), no âmbito do 7º Programa Quadro – FP7, cujo objectivo consiste no desenvolvimento e investigação de novos métodos não destrutivos de detecção de defeitos em rodados de material circulante ferroviário, sendo constituído por entidades como: *Alfa Products & Technologies*; EMEF SA; *Envirocoustics*, A.B.E.E.; *Feldman Enterprises LTD*; Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ); *Société Nationale des Chemins de Fer Français (SNCF)*; *Technical Software Consultants, Ltd*. TWI Ltd; *University of Birmingham*; *Vlaamse Vervoersmaatschappij De Lijn*; *VTG Rail UK Ltd*.

O incremento de procura verificado na rede ferroviária europeia, com um número crescente de passageiros transportados a velocidades mais elevadas e o aumento de carga por eixo no transporte de mercadorias, configura um quadro de exigência adicional para os meios de inspecção e manutenção da infra-estrutura e do material circulante.



*Desenvolvimento e investigação de novos métodos não destrutivos de detecção de defeitos em rodados de material circulante ferroviário*

**A demonstração SAFERAIL em Portugal** destina-se a implementar o método de inspecção baseado nos módulos de análise de vibração de alta frequência e de emissão acústica.

Em *site survey*, foi seleccionada a estação de Belém, lado descendente (sentido Cascais – Lisboa), onde está localizada a subestação e *link* de dados da REFER TELECOM.

### *Telegestão e Patente nacional*

A Telegestão Ferroviária é já uma realidade. Com base nos dados recolhidos, é possível realizar um diagnóstico remoto, inteligente e automático no Centro de Telegestão do Material Circulante da EMEF, localizado na Amadora.

Com esta informação, pode prever-se as avarias antes da sua ocorrência, permitindo a redução do número de problemas em linha e, conseqüentemente, do número de atrasos, com conseqüente aumento do grau de satisfação dos clientes.

O projecto da Telemanutenção está em fase de registo, tendo, presentemente, uma patente *Pending number* associado.

Está a ser usado e desenvolvido nas séries UME 3400, UQE 2300/2400, UTE 2240 e CPA 4000 (pendulares), abrangendo os serviços suburbanos do Porto e de Lisboa, regional e longo curso, totalizando uma frota de 156 veículos.

### *Projecto WATRAC – Wagon Tracking*

O projecto WATRAC – *Wagon Tracking* é um sistema autónomo que permite o rastreamento, cálculo dos quilómetros percorridos, detecção de grandes impactos, etc., em vagões de carga. Encontra-se a decorrer um protótipo deste sistema num vagão da CP Carga que efectua serviço em Portugal e em Espanha, estando o sistema disponível em ambos os lados da fronteira.

### *Projectos de engenharia para Metro do Porto*

A EMEF foi seleccionada para a implementação de dois projectos de engenharia na frota *Eurotram* do Metro do Porto. Um dos projectos permite dotar seis veículos *Eurotram* de meios para realizar a contagem de passageiros (que entram e que saem em cada estação e que circulam entre estações). Inclui equipamentos e aplicações que possibilitem o tratamento e análise dos dados recolhidos de uma forma centralizada.

O segundo projecto visa dotar toda a frota de 72 veículos *Eurotram* de um aumento da capacidade de memória do sistema de anúncio sonoro aos passageiros.

*Prevenir avarias através da Telegestão, para reduzir problemas em linha e os atrasos*



## 3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

### *Participação da EMEF em projectos FP7, QREN e FCT*

A EMEF participa actualmente em 7 projectos nacionais e europeus, aprovados e assegurados até 2013, ao abrigo do 7º Programa Quadro – FP7 (fundos europeus), QREN e FCT (fundos nacionais), que consistem em incentivos a projectos de investigação e desenvolvimento que têm como principal objectivo a exploração de diferentes oportunidades tecnológicas.

Nestes projectos, a EMEF trabalha com 17 países e 75 entidades, 10 das quais em Portugal, tendo obtido uma verba de financiamento total no valor de 851.115 euros.

### *Portal Técnico INFOTEC*

O Portal Técnico INFOTEC (*Web-Based*), que presentemente se encontra na fase final do processo de integração com o Sistema SAP (EMEF e CP), é uma ferramenta de apoio à decisão. Este sistema trata a informação obtida de diversas fontes e disponibiliza-a em forma de conhecimento, salientando-se os módulos:

- RDM (Relatório Diário do Material)
- Gestão de Avarias conectado com o módulo de ocorrências, na medida em que grande parte das avarias têm origem em ocorrências.



A manutenção e reparação das locomotivas 4700 é um dos objectivos do ACE estabelecido com a Siemens

## ACE SIEMENS

Criado em 2009, o ACE EMEF-SIEMENS resultou do trabalho desenvolvido durante dois anos por equipas das duas empresas e da CP e tinha o início de actividade previsto para 1 de Julho de 2010.

O objectivo deste ACE é a manutenção e reparação das locomotivas 5600 e 4700 por um período de 10 anos, explorando as sinergias de negócio e operacionais de ambas as empresas. As expectativas são ambiciosas, com especial relevância no aumento da eficiência da manutenção realizada, no potenciar de novos negócios e na criação de novos mercados, assim como a transferência de *know-how*.

A entrada em produção foi adiada para o 2º trimestre de 2011, pelo que a EMEF continua a assegurar a manutenção e reparação das referidas locomotivas.

## INTERNACIONALIZAÇÃO

A EMEF prosseguiu em 2010 o trabalho de promoção internacional da empresa e de prospecção de novos mercados e de novos clientes.

A empresa tem como mercados-alvo: a Europa (Espanha, Suíça e Turquia), o Magrebe (Tunísia, Líbia e Argélia), o Médio Oriente (Síria e Egipto), a África Equatorial (Costa do Marfim), e a África Ocidental (Angola e Oriental (Moçambique)).



## África

Em Junho de 2010, a EMEF efectuou uma apresentação da empresa à nova Administração dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique e ao Ministro dos Transportes e Comunicações deste país, na sequência da qual foi desenhado um quadro de cooperação na área ferroviária, que viria a traduzir-se num memorando de entendimento. Este acordo contempla a elaboração de um estudo de viabilidade para a criação de uma empresa de direito moçambicano, visando a produção de vagões em Moçambique.

Uma equipa técnica da EMEF deslocou-se a Moçambique, em Julho, tendo aprofundado contactos técnicos e efectuado o levantamento de meios e recursos para este projecto.

Na sequência deste trabalho, o Ministro dos Transportes e Comunicações de Moçambique visitou, em Outubro, as instalações da EMEF no Entroncamento, tendo reiterado o interesse na constituição da referida empresa mista no seu país.

No que respeita a Angola, a EMEF apresentou, em Novembro, em parceria com uma empresa local, uma proposta para reabilitação e operacionalização das instalações dos Caminhos-de-Ferro de Luanda.

## Outros mercados

A EMEF continuou a acompanhar a evolução da política ferroviária nos Balcãs – sobretudo na Bósnia & Herzegovina, país para o qual a empresa já construiu e reabilitou várias centenas de vagões – e um concurso internacional na Líbia, para fornecimento de diversos tipos de vagões, no qual está envolvida desde 2009.

Participou ainda numa proposta, em parceria com o Instituto da Qualidade, para a qualificação de equipamento rolante ferroviário da Turquia e apresentou também uma proposta para fornecimento de vagões à empresa ERMEWA (Espanha).

No final de 2010, em parceria com a TALGO – Espanha, a EMEF apresentou uma proposta para fornecimento à Arábia Saudita (Linha Norte/Sul) de vagões porta-automóveis, de concepção própria.

Destaca-se igualmente, neste ano, o trabalho de consultoria prestado à empresa de caminhos-de-ferro suíça (ver capítulo MANUTENÇÃO DE PENDULARES).

Em Setembro de 2010, a EMEF participou, pela primeira vez na sua história, na maior feira europeia de tecnologia de transportes (INNOTRANS – Berlim), tendo a oportunidade de mostrar aos mais importantes *players* do sector ferroviário a sua oferta diversificada de produtos e serviços.

A EMEF colocou neste certame um *stand* e um inovador vagão porta-contentores, que mereceu a atenção de muitos profissionais do sector.



A empresa acompanha a evolução da Bósnia & Herzegovina, para onde já construiu e reabilitou várias centenas de vagões

### 3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

## RESTAURO DE COMBOIOS HISTÓRICOS

Durante o ano de 2010, a EMEF concluiu o restauro do comboio real e iniciou idêntica intervenção no comboio presidencial, colocando o seu *know-how* ao serviço da recuperação e preservação do importante património ferroviário nacional.



### *Comboio Real*

O Comboio Real Português, de meados do século XIX, é uma peça única a nível mundial. Nos primeiros quatro meses do ano, a equipa de reparação e manutenção de material a vapor da EMEF restaurou esta histórica composição, com o apoio de técnicos do Museu Nacional Ferroviário.

É composto por quatro peças: Locomotiva a vapor D. Luiz (que levou o primeiro comboio de Lisboa à fronteira espanhola, em 1863, e esteve patente na Exposição Universal de 1900, em Paris); *tender* (para transporte do carvão); e duas carruagens (salões D. Maria Pia e Príncipe D. Carlos).

O Comboio Real esteve presente, em 2010, depois de restaurado, numa exposição inédita no Museu Ferroviário Holandês. Foi peça principal da exposição *Royal Class, Regal Journeys*, integrada nos preparativos da coroação do rei Willem-Alexandre dos Países Baixos.

### *Comboio Presidencial*

Usado até à década de 1970 para transportar os Chefes de Estado portugueses, como Sidónio Pais, Óscar Carmona, Craveiro Lopes e Américo Tomás, nas suas deslocações pelo País. Este comboio está a ser recuperado para a realização de percursos turísticos, prevendo-se que a intervenção esteja concluída em meados de 2011.

Este comboio estava desactivado e degradou-se, integrando actualmente o espólio do Museu Nacional Ferroviário. É composto por cinco carruagens de luxo e um furgão (para transporte de bagagens).



## FIABILIDADE E DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO PRESTADO

A qualidade dos serviços prestados é avaliada por indicadores que permitem medir a fiabilidade e a disponibilidade do parque de material. Com base nestes indicadores, as oficinas de manutenção monitorizam diariamente cada uma das séries de material circulante que lhes está afecta.

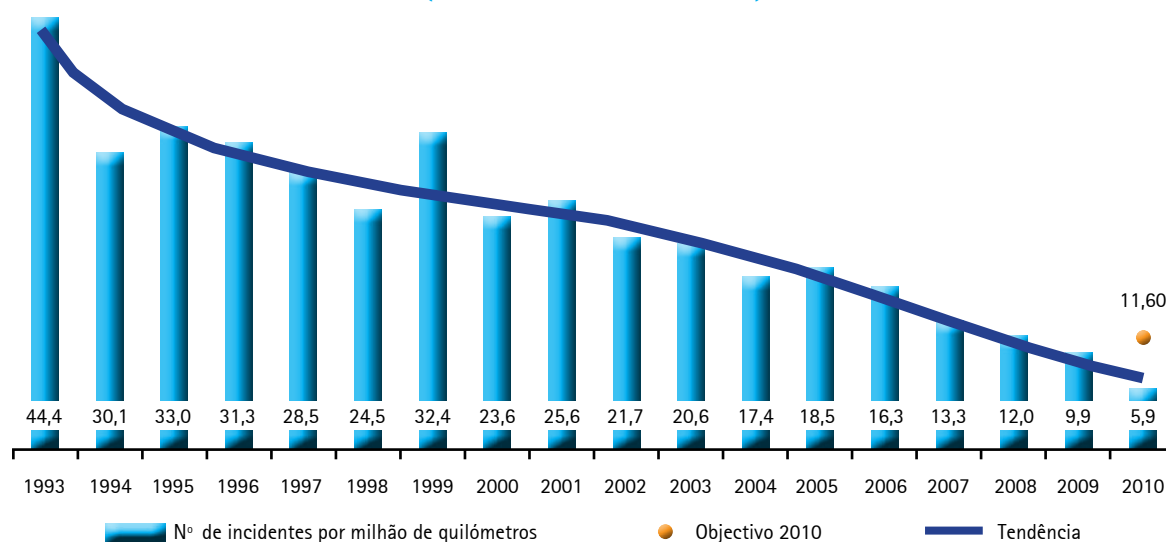
### Fiabilidade

Em 2010, acentuou-se a tendência de melhoria da fiabilidade média do material circulante, que se situou em 5,9 incidentes por milhão de quilómetros, o que representa uma melhoria de 40,4% face a 2009. O objectivo de 11,6 incidentes foi largamente ultrapassado.

Para este resultado contribuíram o afinamento de processos de reparação e manutenção, associados ao conhecimento do material circulante.

Verificou-se ainda, em 2010, que este indicador melhorou entre 20% a 70%, em cerca de 70% das séries, face ao ano anterior.

Número de incidentes por milhão de quilómetros por ano  
(Material circulante motor)



### Fórmula de cálculo:

Estes dados são calculados somando o número de incidentes e o número de quilómetros percorridos de todas as séries, dividindo-se o primeiro pelo segundo e multiplicando por 1.000.000

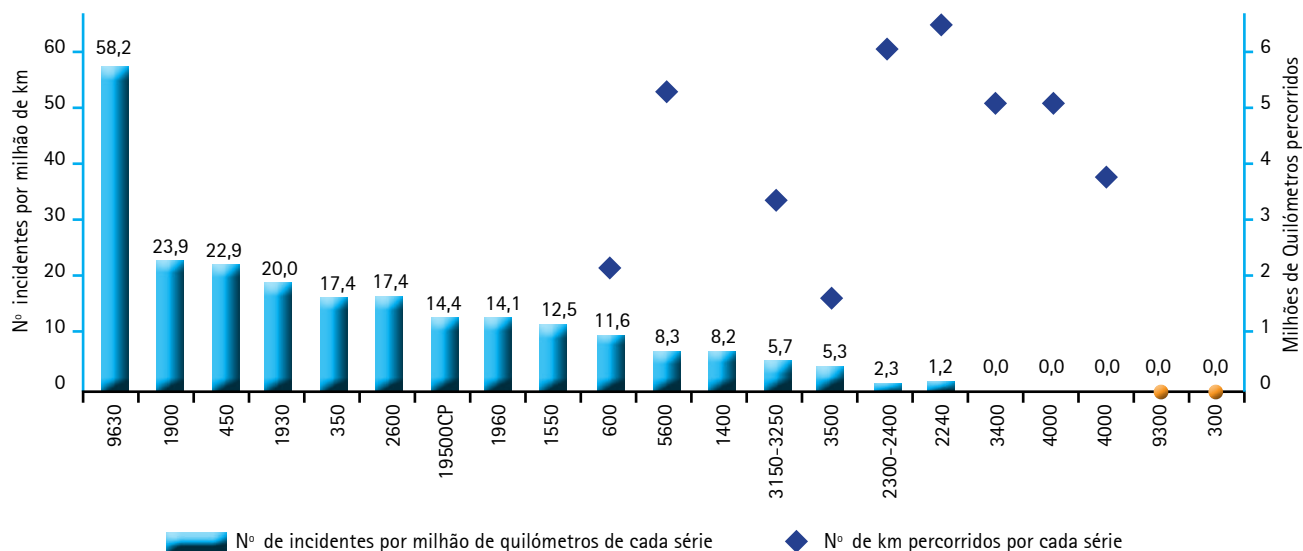
$$\frac{\Sigma \text{ N}^\circ \text{ DE INCIDENTES} * 1.000.000}{\Sigma \text{ KM PERCORRIDOS}}$$

### Nota:

Dados do portal INFOTEC. Não se encontram contabilizados os incidentes e quilómetros percorridos relativos a unidades de material circulante em período de garantia do fabricante e ao material rebocado de passageiros e locomotivas.

### 3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

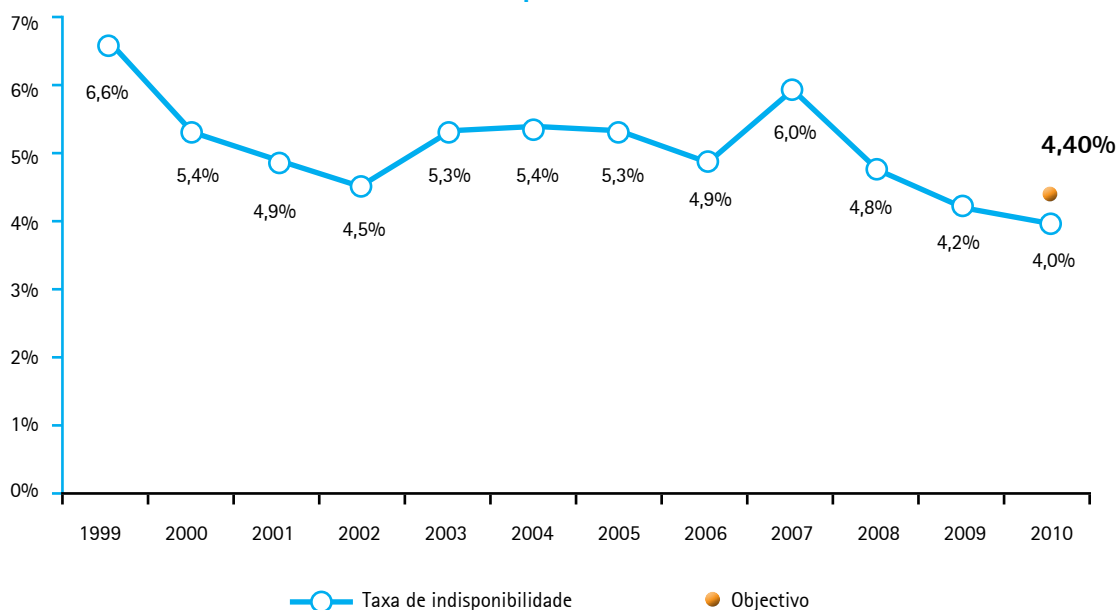
**Número de incidentes por milhão de quilómetros de cada série**  
Valor acumulado em 2010



#### Indisponibilidade

A indisponibilidade do material motor está associada à capacidade de resposta da EMEF para entrega diária das unidades de material circulante necessárias à prestação do serviço de transporte pelo cliente. Também neste indicador se atingiu o melhor valor médio dos últimos 10 anos (4%), ultrapassando-se o objectivo de 4,4%.

**Taxa de Indisponibilidade (08h00)**



## 3.4 Outras actividades

### SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A área de Sistemas de Informação é crucial para assegurar a eficácia e a qualidade produtiva da EMEF, na medida em que disponibiliza informação que permite uma visão integrada de resultados e das suas diferentes actividades. Em 2010, todos os objectivos considerados prioritários, neste domínio, foram integralmente atingidos, sendo de destacar os seguintes:

**Substituição do sistema de tratamento e recolha de mão-de-obra por solução simplificada e certificada para SAP.** A recolha das horas trabalhadas passou a fazer-se directamente nos relógios de ponto, através da leitura de código de barras associado à obra. Isto permitiu validar a informação introduzida (estado da Ordem de Trabalhos), eliminar sistemas intermédios, consolidar a informação e reduzir erros, ao mesmo tempo que passou a ser possível obter o custo de mão-de-obra em tempo real.

**Simplificação da consulta da informação em SAP,** com o desenvolvimento de relatórios específicos para os processos de negócio da empresa e consequente reciclagem da formação aos utilizadores.

**A criação no SAP dos equipamentos rastreáveis,** oficiais e de monitorização e medida, bem como os respectivos planos de calibração e manutenção, dotou a empresa da capacidade para ter a rastreabilidade e o controlo destes equipamentos num sistema único e integrado.

**A vídeo-conferência** entre a Amadora e Contumil foi disponibilizada em Março de 2010. Posteriormente, concretizou-se a ligação no Entroncamento, passando assim a ser possível a comunicação simultânea entre os três locais. A adopção deste sistema, na EMEF, simplificou a comunicação entre *sites* e melhorou a produtividade dos colaboradores, reduzindo o tempo gasto em deslocações.



*Em 2010, todos os objectivos considerados prioritários, na área de Sistemas de Informação, foram integralmente atingidos*

### 3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

A adaptação de aplicações *opensource* à realidade EMEF permitiu ter em funcionamento ferramentas de monitorização e o aumento da produtividade, como é o caso do inventário dos computadores instalados na empresa com informação *on-line* de números de série, a quem estão atribuídos, versão do sistema operativo instalado, especificações detalhadas do *hardware*, todas as aplicações de cada computador, histórico de utilização, entre outros. São também utilizadas ferramentas que garantem maior rapidez nas instalações de sistemas operativos e apoio remoto de *help-desk* aos utilizadores, diminuindo deslocações e transporte de equipamento frágil.

A EMEF prosseguiu em 2010 a modernização do seu parque informático e a racionalização do parque de impressoras, a par da uniformização das redes locais, implementando-se redes de nova geração em várias instalações da empresa.

Levantamento de equipamentos informáticos de apoio à produção nos vários órgãos da EMEF e identificação de situações críticas ao processo produtivo.

Foi ainda criado um repositório com todas aplicações de diagnóstico do material circulante e bancos de ensaio e realizado o *procurement* de soluções para aplicações de diagnóstico e bancos de ensaio não compatíveis com o *hardware/software* actual.



### LOGÍSTICA

De acordo com os objectivos estratégicos de otimizar meios e aumentar a produtividade, a EMEF continuou em 2010 a implementar medidas tendentes à obtenção de economias de escala e à satisfação dos clientes internos.

#### *Compras e gestão de stocks*

Investiu-se, com êxito, na redução da compra de materiais para armazém e na inversão do crescimento exponencial dos *stocks* em armazém, o que, de certa forma, foi também consequência da diminuição da actividade da empresa.

A EMEF apostou na procura de materiais alternativos, o que se traduziu de forma relevante no aumento das compras nacionais (que cresceram mais de um milhão de euros) e na forte redução de preços especulativos, praticados por fornecedores estrangeiros.



Para a concretização dos objectivos desta área, foi fundamental a identificação e classificação dos *stocks* e a definição de procedimentos, estruturando uma série de codificações de classificação integradas com o sistema informático corporativo (SAP). Garantiu-se, assim, a memória permanente, facilmente pesquisável e actualizável, de todos os trabalhos de classificação desenvolvidos e corporizados na instrução de trabalho.

### *Harmonização com CP*

A CP e a EMEF elaboraram um documento conjunto, que alicerça a igualdade de conceitos de classificação de *stocks* entre as duas empresas, dando coerência à informação. Deste trabalho resultou a elaboração de um documento que efectua o levantamento do estado operacional do material circulante CP, essencial para o suporte das decisões de classificação e de destino dos materiais classificados.

Foi, também, estabelecido um acordo com a CP para a gestão das peças sobresselentes do CPA e, já no final do ano, a EMEF implementou a Norma Interna de Aquisição, Atribuição, Utilização e Gestão da Frota Automóvel, dando cumprimento a instruções emanadas pelo Governo no quadro do Orçamento do Estado 2011.

*A EMEF apostou na procura de materiais alternativos, o que se traduziu de forma relevante no aumento das compras nacionais, que cresceram mais de um milhão de euros*

## COMERCIAL E MARKETING

O ano de 2010 foi de consolidação da imagem e internacionalização da EMEF, sobretudo nos mercados português/europeu e de África. Um trabalho sustentado na tradição de manutenção de comboios e estendido à inovação e produção de material.

**Em termos comerciais** merece relevo o desempenho dos nossos técnicos em terras da Federação Suíça, prestando serviço de consultoria à prestigiada SBB – operadora de transportes helvética – para a manutenção dos *pendolinos* que explorava anteriormente em consórcio com a italiana FSS – *Ferrovie dello Stato*. Igualmente importantes foram as missões levadas a cabo junto das autoridades ferroviárias de Angola e de Moçambique. Também, e entre outros casos relevantes, citamos:

- A assinatura do contrato de manutenção da frota de vagões da CP Carga;
- O projecto inovador de substituição dos retrovisores convencionais por câmaras de vídeo em toda a frota das Unidades Duplas *Diesel* 0450 da CP;





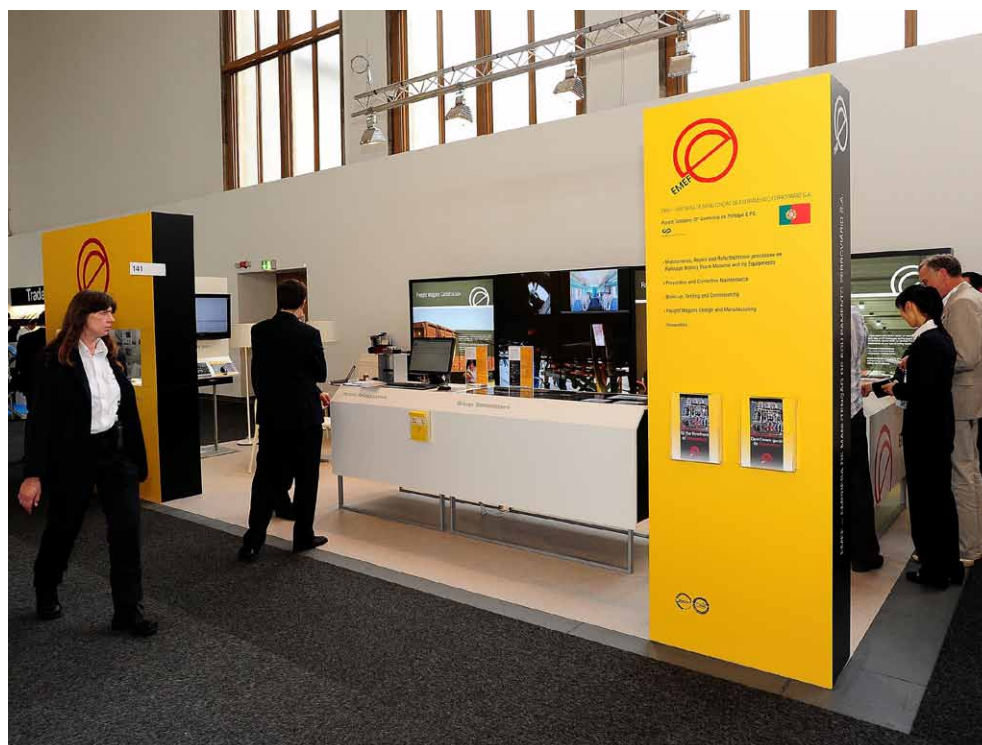
### 3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

- A modernização, com aumento de segurança para os passageiros da CP, das 45 carruagens *CORAIL*, com a instalação do sistema de controlo de frenagem (ABS) e avisadores sonoros de fecho de portas;
- A assinatura de contrato com o Metro Ligeiro do Porto – PROMETRO SA – que, em conjunto com os compromissos anteriores, atribui à EMEF a manutenção integral da totalidade da frota.

Na área de **Comunicação e Imagem**, além da comunicação interna e uniformidade de procedimentos, marcou-se presença na INNOTRANS 2010, a maior e mais respeitada feira mundial na área da actividade ferroviária.

Nesta vertente, e no âmbito da divulgação da empresa e dos seus serviços, a EMEF participou ainda em vários certames especializados, entre os quais se destaca:

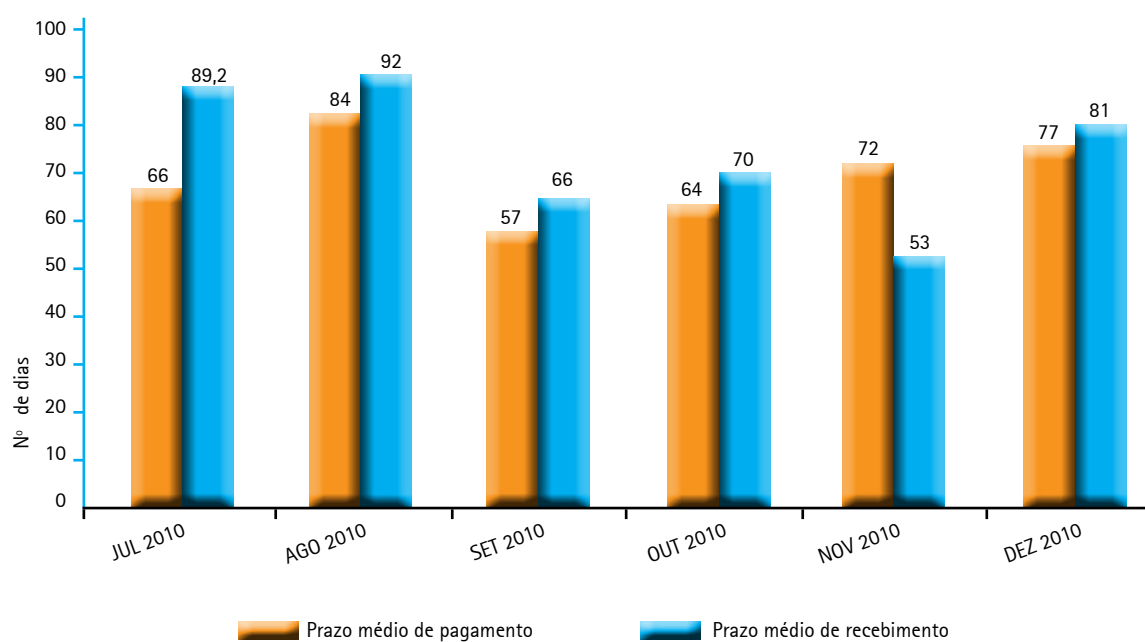
- Colaboração na exposição "150 anos de caminhos-de-ferro no Barreiro – património de afectos", comemorações da chegada do caminho-de-ferro ao Barreiro;
- Presença no 7º Congresso Internacional Rail Fórum (Valência), integrando o *stand* conjunto das empresas associadas da APNCF;
- Colaboração na exposição "Uma rede que nos une: 100 anos de transportes e ordenamento do território", organizada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, na estação do Rossio, em Lisboa, no âmbito das comemorações do Centenário da República;
- Participação no Portugal Tecnológico;
- Presença no 9º seminário da APNCF, com o tema "Transporte ferroviário – uma solução sustentável e competitiva para a mobilidade";
- Cerimónia de entrega à CP Carga do primeiro veículo construído ao abrigo de contrato de fornecimento da nova frota de vagões de mercadorias.



Stand da EMEF  
na INNOTRANS 2010

### 3.5 Prazos médios de pagamento e de recebimento

Conforme a representação gráfica, verifica-se que em 2010 os prazos médios de recebimentos foram superiores aos dos pagamentos. O prazo médio de recebimento variou entre 53 e 92 dias, enquanto o prazo médio de pagamento oscilou entre 57 e 84 dias.



## 4. RECURSOS HUMANOS



### 4.1 Efectivo

Na sequência da tendência decrescente da procura dos nossos serviços, o efectivo diminuiu, situando-se em 31 de Dezembro de 2010 em 1.486 trabalhadores. Em comparação com o ano anterior, corresponde a menos 104 trabalhadores, com níveis etário e de antiguidade médios ligeiramente mais baixos, respectivamente, de 43,9 anos e 21,5 anos.

### 4.2 Formação

A política de formação da empresa centrou-se nos três grandes eixos estabelecidos em 2008:

1. **Preparar os quadros superiores e as chefias intermédias** em áreas críticas de desenvolvimento de competências, Liderança, Gestão e Inovação, cumprindo-se o terceiro e último ano do Plano de Formação Plurianual;
2. **Promover a aprendizagem ao longo da vida**, sustentada em Planos de Formação Plurianuais que pretendem corrigir desvios de competências em áreas temáticas básicas, tendo como objectivo a certificação profissional dos trabalhadores;
3. **Elevar os níveis de qualificação dos trabalhadores**. Proseguiu o projecto "Novas Oportunidades na EMEF" no âmbito dos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). No final de 2010, mais 96 obtiveram a equivalência ao 12º ano de escolaridade. Um total de 277 colaboradores conseguiram níveis de qualificação mais elevados desde o início deste projecto.

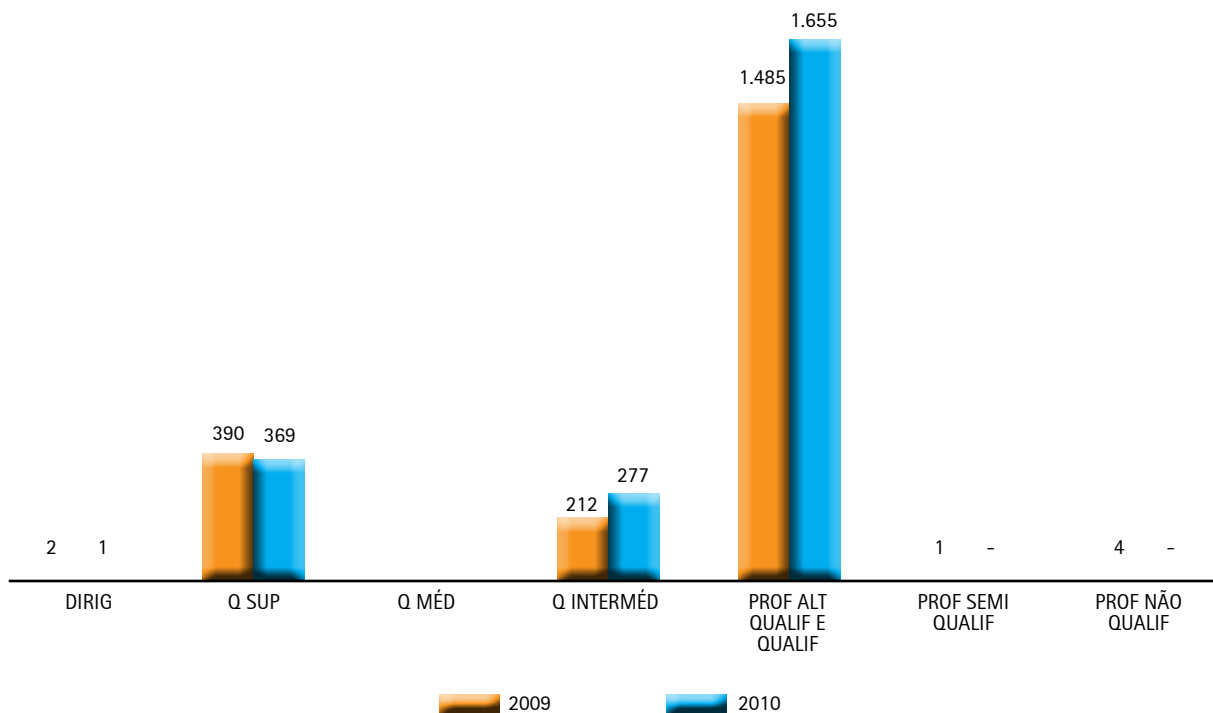
Foram desenvolvidas acções de formação destinadas à actualização e desenvolvimento de conhecimentos nas áreas técnicas ligadas ao Material Circulante, à Qualidade, Ambiente e Segurança.

Em termos globais, as acções de formação corresponderam a 39.765 horas e abrangeram um total de 2.302 participantes.

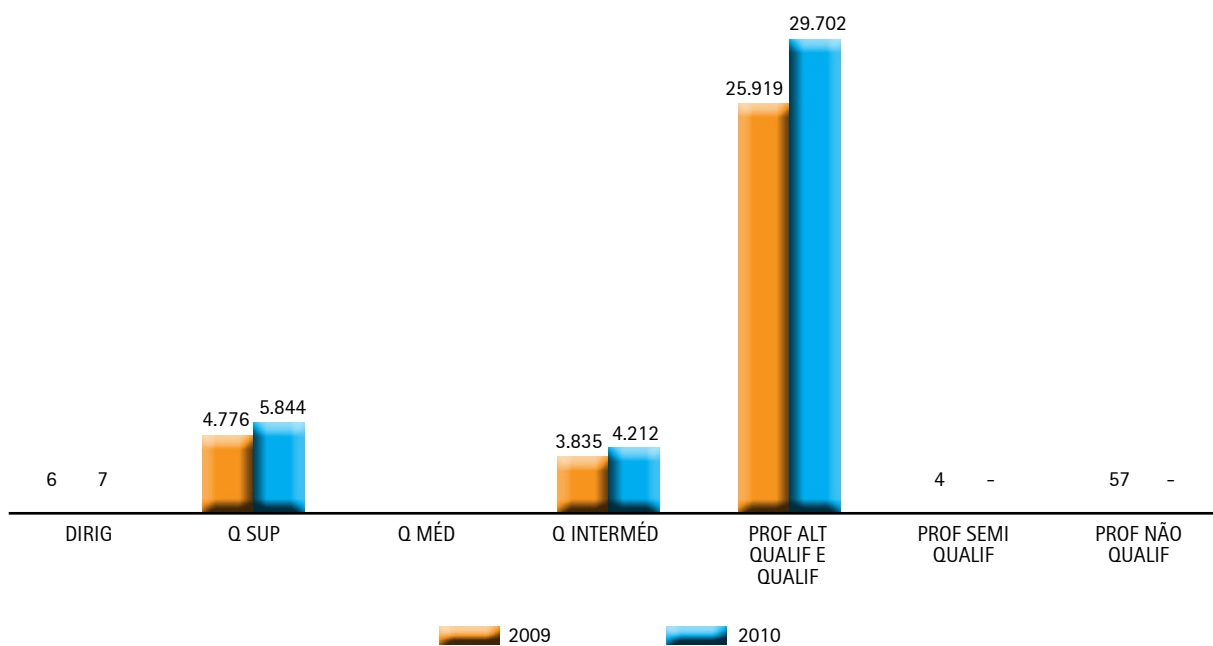
**NOVAS  
OPORTUNIDADES**  
APRENDER COMPENSA



### Nº de participantes em acções de formação



### Duração das acções de formação (h)



### 4.3 Responsabilidade social

Em termos de **empregabilidade e segurança dos postos de trabalho**, a empresa integrou nos seus quadros 78 trabalhadores contratados a termo.

Cumpriu-se a primeira fase da certificação do sistema de gestão de recursos humanos da EMEF, segundo a NORMA PORTUGUESA NP 4427 – SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, através da realização, em Dezembro de 2010, da primeira fase de auditoria – auditoria de avaliação – efectuada pela APCER.

Na sequência de anos anteriores, em Dezembro de 2010 foram homenageados novos trabalhadores que atingiram os 40 anos de carreira (CP/EMEF), com a atribuição do "*PIN de Ouro*"

## 5. QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

### 5.1 Qualidade

#### CERTIFICAÇÃO NP EN ISO 9001 DA EMEF E EXTENSÃO À EMEF INTERNACIONAL



A EMEF possui um sistema de gestão da qualidade certificado na NP EN ISO 9001:2008, pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER), em todos os seus órgãos e actividades.

Com a criação da EMEF Internacional SA solicitou-se à APCER uma auditoria de extensão, que culminou com certificação dessa área de negócio na NP EN ISO.

A avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade da EMEF acompanhada pela APCER, realizada em Dezembro de 2010, ocorreu novamente nos seguintes âmbitos: concepção, reparação, manutenção, reabilitação, modernização, fabrico, modificação e operações de carrilamento de material circulante ferroviário e acondicionamento dos respectivos órgãos e equipamentos.

#### ACREDITAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ENSAIOS E METROLOGIA DO ENTRONCAMENTO (LEM) CONFORME NORMA NP EN ISO/IEC 17025



O LEM está acreditado desde Março de 2008 pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC) de acordo com normas internacionais NP EN ISO IEC 17025.

Realiza calibrações de equipamentos de medição e monitorização utilizados na manutenção, reparação e fabrico. A acreditação cobre os principais equipamentos de medição da área dimensional, eléctrica, pressões e binários em gamas pré-definidas, assegura elevado número de calibrações internas de equipamentos, bem como calibrações para o exterior.

A confiança percebida através da acreditação oficial continua a revelar-se uma mais-valia na óptica do desenvolvimento técnico e profissional.

#### AUDITORIAS DA QUALIDADE INTERNAS

Em 2010 foram realizadas 11 auditorias internas, previstas no programa global, cobrindo todos os órgãos oficiais da EMEF, avaliando o cumprimento da norma NP EN ISO 9001 e a conformidade com legislação e procedimentos de Segurança e Higiene no Trabalho e de Ambiente.

### AUDITORIAS DE CLIENTES

Adicionalmente às auditorias internas e da entidade certificadora, a empresa foi submetida a 8 auditorias do cliente (CP), sendo duas no domínio ambiental.



### COLABORAÇÃO COM IMTT – RECONHECIMENTO COMUM PORTUGAL-ESPANHA

Colaborou-se activamente com o IMTT na análise e desenvolvimento de requisitos para um acordo de reconhecimento comum Portugal - Espanha, aplicável ao serviço de manutenção prestado nas oficinas de manutenção de vagões na Península Ibérica, com base nos requisitos da Agência Ferroviária Europeia (ERA), enquanto este referencial não é oficialmente aprovado. Participou-se em diversas reuniões de trabalho em que estiveram presentes, além do IMTT, representantes do Ministério do Fomento de Espanha, da RENFE e da ADIF.



### ANÁLISE DOS REQUISITOS ERA – CMW

Na linha do trabalho anterior, foram analisados os futuros requisitos da Agência Ferroviária Europeia, para certificação de oficinas de manutenção Ferroviária (CMW - *Certification of Maintenance Workshops*). Foi efectuada uma avaliação interna preliminar do grau de cumprimento, baseada nas evidências do sistema de gestão da qualidade existente, tendo já no final do ano sido introduzidas alterações ao Manual da Qualidade nesse sentido.

### ESTATÍSTICAS GLOBAIS DA EMEF – FIABILIDADE E DISPONIBILIDADE

Integrou-se os dados registados nos estabelecimentos oficiais e disponibilizou-se as estatísticas no portal INFOTEC de Incidentes, Disponibilidade e Fiabilidade. Gerou-se, deste modo, mais fácil acesso à monitorização da qualidade do serviço prestado.



## 5.2 Ambiente

Destacam-se as seguintes acções com a participação dos responsáveis locais:

### *Gestão de resíduos*

1. Lançamento, para todos os órgãos operacionais, do concurso do contrato de gestão;
2. Encaminhamento desses resíduos para entidades legalmente autorizadas no portal do Ministério do Ambiente (SIRAPA);
3. Revisão geral dos procedimentos de gestão em vigor na empresa;
4. Análise de relatório de auditoria interna e definição de melhorias.

### *Sistema de gestão de consumos intensivos de energia (SGCIE)*

Procedeu-se, no último trimestre, à contratualização e acompanhamento de auditorias energéticas às instalações do Entroncamento e de Guifões, com vista a aumentar a eficiência energética e a cumprir a legislação aplicável.

### *Coordenação ambiental*

1. Colaboração com os vários órgãos na implementação de requisitos de monitorização de registos de produção de resíduos, efluentes líquidos e gasosos, solventes, fluidos frigoríficos, vistorias de licenciamento industrial, etc.;
2. Difusão interna de legislação ambiental e de HST;
3. Acompanhamento de auditorias de Ambiente do cliente e propostas de acções correctivas.

### *Monitorização de efluentes líquidos e gasosos*

A nível local, procedeu-se à monitorização dos efluentes líquidos e gasosos, prevista em procedimentos de ambiente e em requisito legal, e às respectivas medidas correctivas, sempre que necessário.

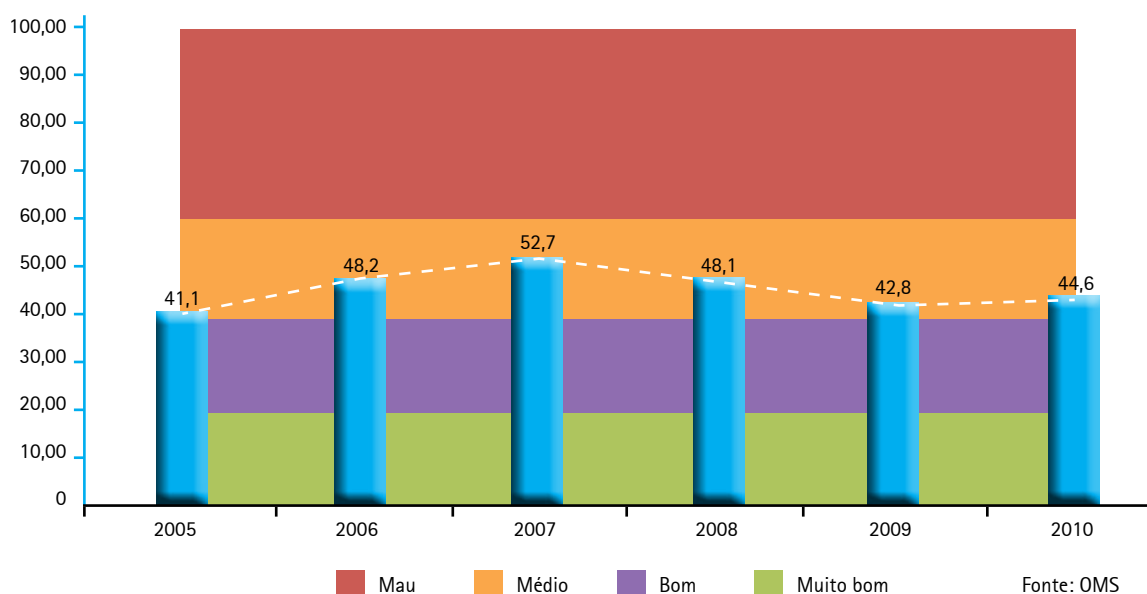


### 5.3 Higiene e segurança no trabalho

Os gráficos seguintes apresentam a evolução de alguns dos mais relevantes indicadores de acidentes de trabalho, mostrando uma evolução genericamente favorável:

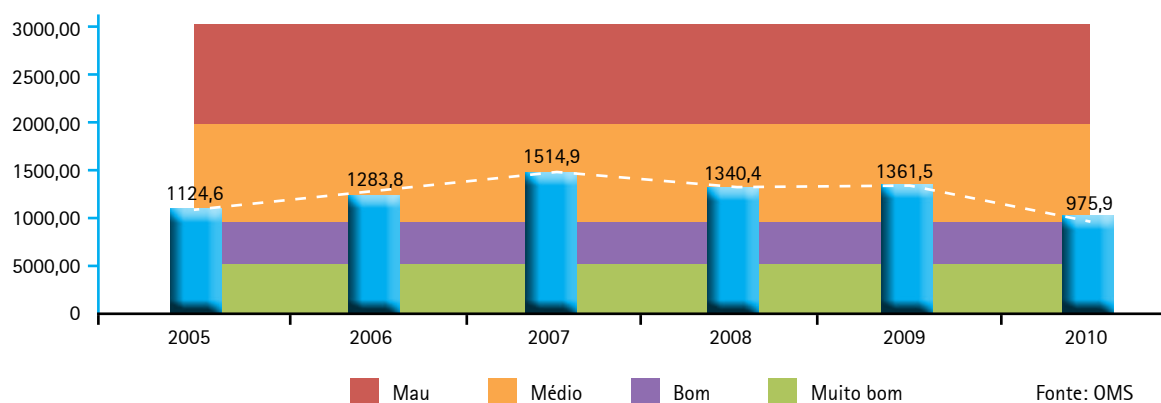
**Evolução do índice de frequência (If)**

$$If = \frac{N^{\circ} \text{ ACIDENTES C/ BAIXA} \times 10^6}{N^{\circ} \text{ HORAS HOMEM TRABALHADAS}}$$



**Evolução do índice de gravidade (Ig)**

$$Ig = \frac{N^{\circ} \text{ DIAS ÚTEIS PERDIDOS} \times 10^6}{N^{\circ} \text{ HORAS HOMEM TRABALHADAS}}$$



Em termos de coordenação directa da DQAS, via coordenador geral de HST e estruturas HST Locais, destacamos:

#### *Directiva ATEX – Manual de protecção contra explosões*

Foi elaborado internamente o Manual de Protecção Contra Explosões, que enquadra as prescrições mínimas visando a protecção de segurança e da saúde dos trabalhadores susceptíveis de exposição a riscos derivados de atmosferas explosivas - conforme "directiva ATEX" (directiva Europeia nº 1999/92/CE, transposta pelo D.L. 236/2003, de 30 de Setembro).

#### *Produtos de limpeza – Participação no processo de homologação*

Colaboração com Direcção de Engenharia no que se refere à análise de fichas de segurança de produtos de limpeza a homologar e metodologia de homologação.

#### *Relatório anual de actividade SHST*

Consolidação e tratamento de informação dos órgãos locais e serviços centrais e respectivo registo, no portal electrónico oficial do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

#### *Acidentes de trabalho*

Acompanhamento da evolução dos índices globais de acidentes de trabalho (índice de frequência, gravidade e incidência) e desenvolvidas acções correctivas relativas.

## 6. INVESTIMENTOS

O investimento realizado no exercício de 2010 ascendeu a 2.070 milhares de euros, valor que inclui 741 milhares de euros de activo fixo em curso no final do exercício.

Nos investimentos em curso no final de 2010 destacam-se os seguintes bens:

- Célula robotizada para soldadura por arco destinada ao Fabrico de Vagões
- Cabine de Pintura e Secagem destinada às UQE 3500 e CPA 4000

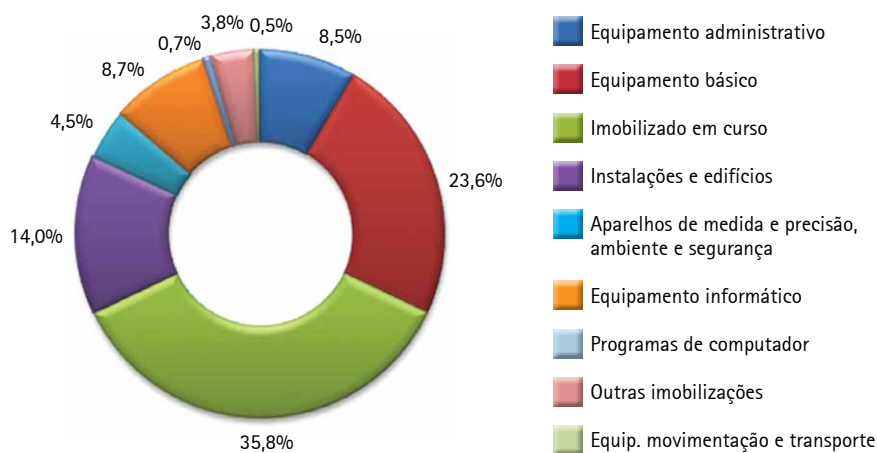
A maior parcela do investimento concluído em 2010 foi destinada à aquisição de equipamento básico no montante de 488 milhares de euros, dos quais se salienta um Banco de Ensaio para painéis de sistema pneumático destinado às UQE 3500, no valor de 247 mil euros.

Procedeu-se ainda a remodelação e recuperação de instalações e edifícios, no montante de 290 milhares de euros, e à aquisição de equipamento informático para renovação e modernização das tecnologias de informação, no montante de 179 milhares de euros. No prosseguimento da política de inovação e melhoria da qualidade, foram investidos 92 milhares de euros na aquisição de aparelhos de medida, ensaio e precisão, ambiente e segurança.

No gráfico em baixo ilustra-se a repartição do montante investido por naturezas de bens do activo fixo tangível e activo intangível.



Investimentos por natureza 2010



## 7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2010.

Pela primeira vez, as demonstrações financeiras do exercício de 2010 são apresentadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, se tornou de aplicação obrigatória em Portugal a partir de Janeiro de 2010, em simultâneo com a revogação do Plano Oficial de Contabilidade (POC) que se encontrava em vigor desde 1977.

Decorrente da mudança de sistema contabilístico, tornou-se também obrigatório a apresentação das demonstrações financeiras comparativas referentes ao exercício de 2009, que foi apresentado e aprovado no ano transacto de acordo com o POC nos termos em vigor. Da necessidade da conversão das demonstrações financeiras de 2009, para efeitos comparativos, resultaram ajustamentos em diversas rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados que, por força da mudança dos conceitos contabilísticos subjacentes, impedem a comparação com os anos anteriores.

Nessa perspectiva, na análise da evolução verificada nas contas do exercício de 2010, face a 2009 e anos anteriores, importa ter em atenção as alterações ocorridas em critérios e conceitos contabilísticos que ditaram novas regras de contabilização e apuramento de resultados.

### 7.1 Resultados

Como é amplamente reconhecido, o exercício de 2010 decorreu num contexto global marcado por uma conjuntura difícil à escala internacional, com reflexos inevitáveis no plano nacional. Assim, a acentuada redução dos níveis de actividade da EMEF nos segmentos de reparação e montagem de material circulante resultou na consequente subutilização dos recursos internos.

Neste quadro geral desfavorável, que, apesar de tudo, a EMEF conseguiu atenuar através das medidas de reorganização realizadas, a empresa encerrou o exercício económico de 2010 com um Resultado Líquido negativo em 2,2 milhões de euros, correspondente a uma margem líquida negativa de -3% sobre as Vendas e Serviços Prestados e uma rentabilidade do Capital Próprio de -34,3%. Por sua vez, o EBITDA resistiu ainda positivo no valor de 483 milhares de euros, embora registando uma redução face a 2009 de 1,4 milhões de euros.

### 7.2 Rendimentos e Ganhos

A actividade desenvolvida em 2010 registou um crescimento global de 4,6% do volume de negócios, vendas e serviços prestados, acrescida a variação dos inventários da produção, basicamente induzido pelo aumento no segmento da fabricação de vagões novos produzidos para o mercado nacional (cliente CP Carga).

No quadro seguinte apresenta-se a sua evolução ao nível dos vários segmentos, onde é patente a quebra acentuada do segmento de montagem – com a conclusão do projecto de montagem das 25 locomotivas da série 4700, em parceria com a Siemens – e o decréscimo no segmento da reparação, motivado pela entrada

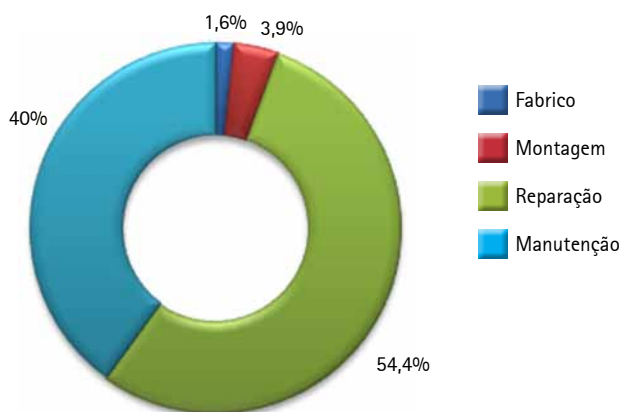
## 7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ao serviço da nova série e a retirada das séries mais antigas do parque activo de material circulante da CP. Relativamente ao segmento da manutenção, este manteve-se sem alteração significativa pelo efeito de compensação entre séries antigas retiradas e a nova série.

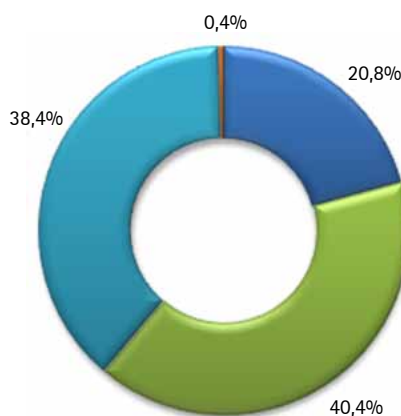
Segmentos	2009	2010	Varição
Fabrico	1.315	17.754	1250,0%
Montagem	3.206	43	-98,7%
Reparação	44.526	34.511	-22,5%
Reabilitação	0	0	
Manutenção	32.735	32.871	0,4%
Outros	0	324	
<b>Total</b>	<b>81.782</b>	<b>85.502</b>	<b>4,5%</b>

\* Vendas + PS + VIP

### Natureza dos proveitos operacionais 2009

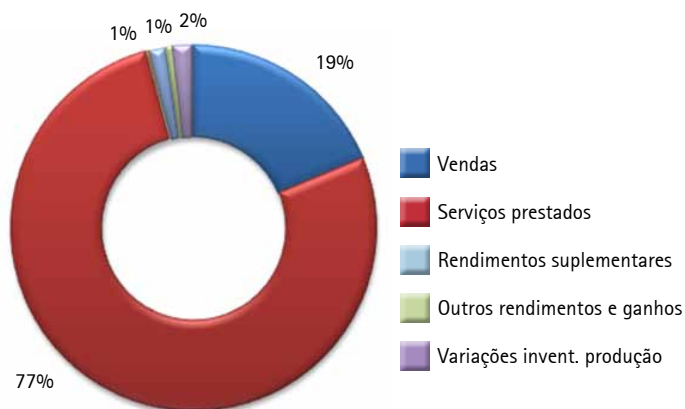


### Natureza dos proveitos operacionais 2010

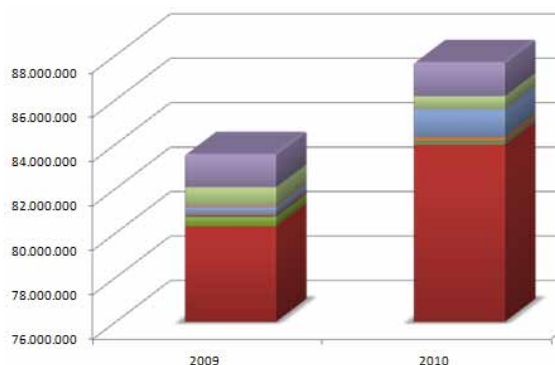


A análise dos gráficos seguintes demonstra a evolução verificada na distribuição nas diversas naturezas dos rendimentos e ganhos e a sua evolução de 2009 para 2010.

### Estrutura de rendimentos 2010

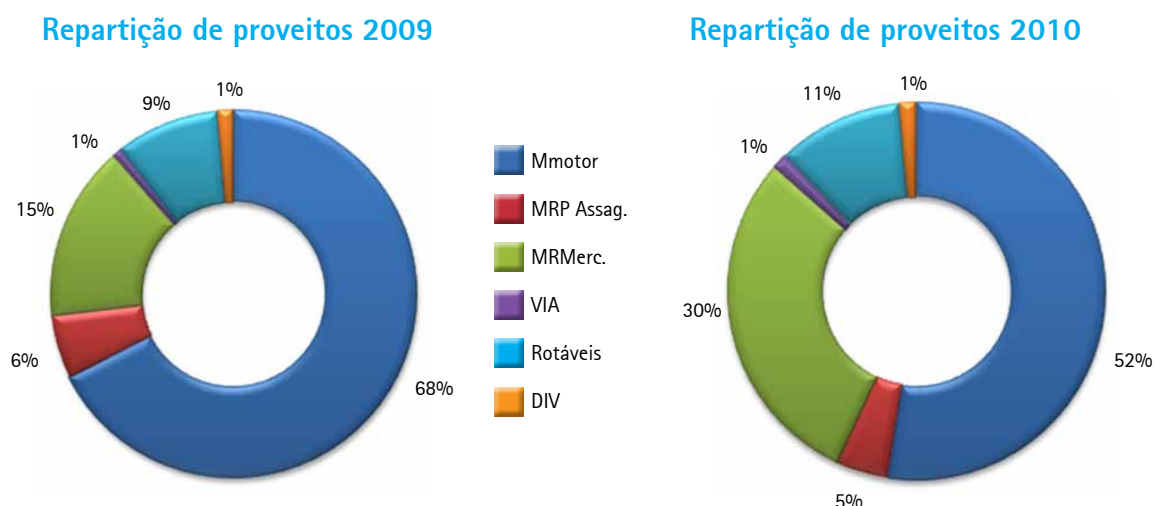


### Evolução e estrutura de rendimentos





Nos gráficos seguintes pode observar-se a evolução da estrutura dos proveitos por tipo de material, com o crescimento do peso relativo do material rebocado de mercadorias decorrente do aumento verificado em 2010 no fabrico de vagões.



No conjunto das actividades desenvolvidas em 2010, a empresa registou um crescimento de 4,5% nas vendas e serviços prestados, basicamente determinado pelo aumento no segmento da fabricação de vagões novos produzidos para o mercado nacional.

## 7.3 Gastos e Perdas

O acréscimo de 4,5% no valor das vendas e serviços prestados não acompanhou a evolução registada no custo dos factores produtivos, que registou um aumento de 6,9%. Para esse desempenho contribuíram especialmente os seguintes factores:

- Aumento dos custos com consumos de materiais e componentes incorporados no processo produtivo, que ascenderam a 30,3 milhões de euros, registando um crescimento de 36,5% face ao ano transacto, cifrando-se em 34,3% dos custos operacionais. Este aumento resultou especialmente da evolução do projecto de fabrico de vagões para a CP Carga, que em 2010 atingiu o nível de produção máxima projectada, e cujos custos aumentaram 8,6 milhões de euros (+41% do que em 2009);
- Aumento das indemnizações por rescisão de contratos por mútuo acordo em 858 milhares de euros (+110% do que em 2009).

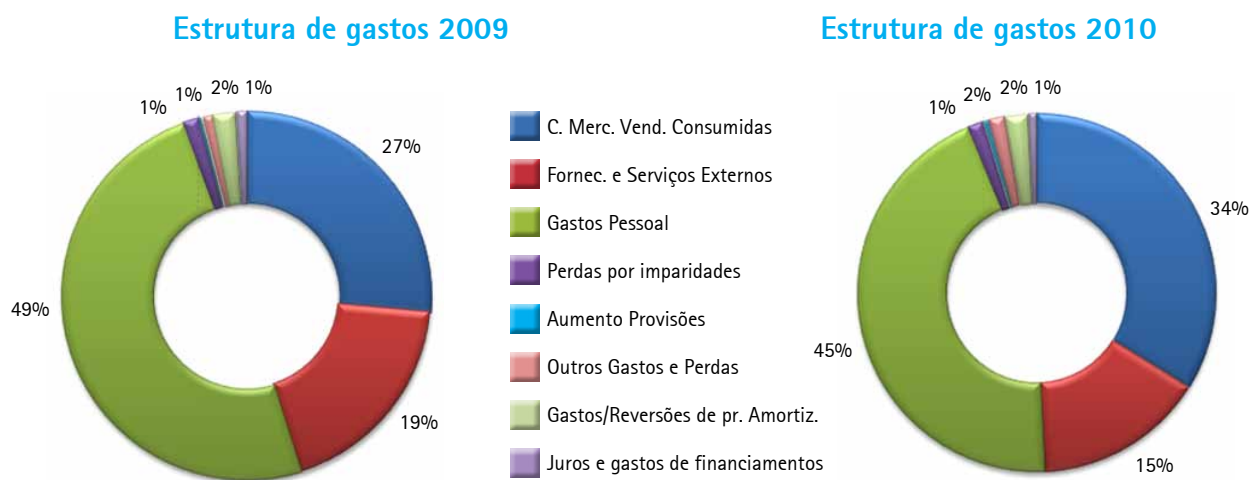
A empresa prosseguiu em 2010 o plano de reestruturação na sua vertente de ajustamento das competências técnicas do efectivo de pessoal à evolução tecnológica da actividade, com salvaguarda da política de paz social na empresa. Nessa linha de actuação, foram atribuídas indemnizações no montante de 3,6 milhões de euros a título de rescisão de 77 contratos de trabalho por mútuo acordo. Deste valor, 1.637 milhares de euros foram suportados e incluídos nos custos do exercício da EMEF, quantia

## 7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

que ascendeu a 4% dos custos com pessoal e a 73% do défice total gerado no exercício. Por sua vez, o Accionista CP co-financiou estas indemnizações na proporção referente aos anos de antiguidade dos trabalhadores ao serviço da CP, a que correspondeu o montante de 1.977 milhares de euros;

- Os gastos com pessoal, excluindo indemnizações, totalizaram 38,4 milhões de euros, correspondendo a 43,9% dos custos operacionais, tendo registado uma redução de 5,8%, face a 2009.
- Os custos com fornecimentos e serviços externos totalizaram 13,8 milhões de euros, sendo a rubrica dos custos operacionais aquela que, pelo segundo ano consecutivo, maior redução registou (-12,3%, face a 2009), sendo essa redução especialmente consequência da diminuição dos subcontratos. Para tal concorreu a intensificação da política de maior controlo e aproveitamento das competências e recursos internos, com forte contenção no recurso à subcontratação externa.

Nos gráficos seguintes apresenta-se a estrutura dos custos do exercício e a sua correspondente evolução de 2009 para 2010, onde se assinala uma significativa redução do peso relativo dos custos fixos para os custos variáveis.



### 7.4 Fluxos de caixa

A situação de caixa e seus equivalentes em 31-12-2010 apresentava uma variação negativa de 19,6 milhares de euros em relação ao início do exercício, a qual, conjugada com o efeito negativo de 507 euros de diferenças cambiais, se traduziu numa redução das disponibilidades de 20,1 milhares de euros, conforme se pode constatar ao nível da variação evidenciada no Balanço.

Em termos de origem e natureza, os diversos fluxos de tesouraria apresentaram no decorrer do exercício a seguinte evolução:

- a) **Actividades operacionais** – os fluxos gerados no exercício registaram um saldo negativo de 2,8 milhões de euros. Este saldo do fluxo das actividades operacionais corresponde a uma evolução desfavorável de 6,2 milhões de euros, face aos fluxos operacionais gerados no exercício anterior.

b) **Actividades de investimento** – foram concretizados em 2010 investimentos cujo fluxo de pagamentos se situou em 2 milhões de euros, correspondente à aquisição de equipamento oficial diverso. O valor dos fluxos do investimento correspondeu a 85% do montante registado nos ajustamentos do exercício correspondentes às amortizações do imobilizado corpóreo.

Ao valor dos fluxos em 2010 corresponde também redução do investimento face a 2009, em 1,3 milhões de euros, por redução em obras de remodelação de instalações e edifícios que tinham sido realizadas no exercício anterior, especialmente na remodelação do antigo armazém da Amadora para instalação da actividade da FERGRÁFICA.

c) **Actividades de financiamento** – no capítulo das operações de financiamento, os recebimentos corresponderam a um empréstimo do accionista CP, no montante de 5 milhões de euros, e ao aumento do endividamento bancário de curto prazo, no montante de 3,2 milhões de euros. Por sua vez, foram pagos 2,7 milhões de euros correspondentes a amortização de empréstimos bancários, a que acresceu o pagamento de juros de empréstimos e amortizações de locação financeira que, conjuntamente, ascenderam a 833 milhares de euros.

## 7.5 Activo

O total do Activo situou-se no final do exercício em 76,1 milhões de euros, conforme consta do Balanço elaborado a 31-12-2010. Por comparação com o total do Activo relativo ao final de 2009, reformulado de acordo com as regras do SNC, registou-se um acréscimo de 3 milhões de euros. De notar que no Balanço de 2009, convertido das regras do POC para as regras do SNC, se registaram ajustamentos de conversão no activo no montante de 5,6 milhões de euros. Por razões de adopção dos critérios do SNC nos dois exercícios, de forma a permitir a sua comparabilidade, o montante resultante dos ajustamentos de conversão encontra-se reflectido na contabilidade dos dois exercícios na conta de Resultados Transitados, sendo esse ajustamento de 3,1 milhões de euros no Balanço de 2009 e de 3,8 milhões de euros no Balanço de 2010.

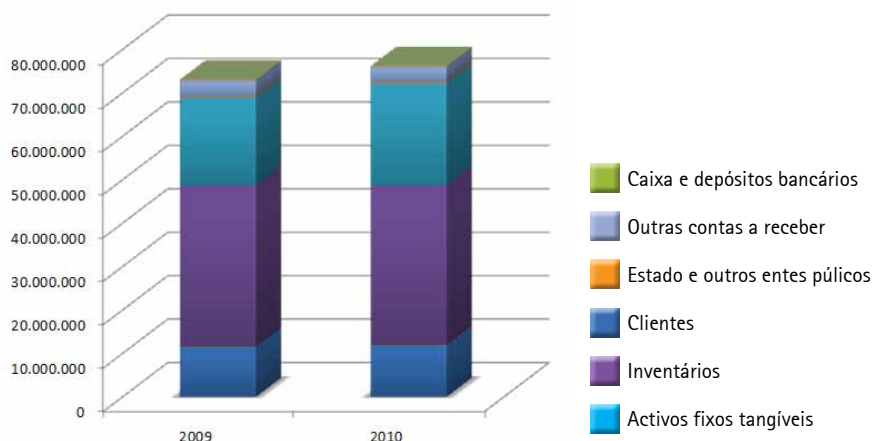
A razão que determinou maiores ajustamentos no Balanço resultou da alteração no método de apuramento na variação dos inventários da produção, por força da adopção obrigatória do método de percentagem de acabamento das obras e trabalhos em curso, que antes eram registadas pelo método do contrato completo. Em resultado desta alteração de método procedeu-se, em 2010, no âmbito do processo de conversão da contabilidade para SNC, aos seguintes ajustamentos nas Demonstrações Financeiras de 2009:

- a) No activo Corrente, ajustamento no montante de 1.703 milhares de euros na rubrica de Inventários, com reflexo directo no ajustamento dos Resultados Transitados;
- b) Na Demonstração dos Resultados, ajustamento de 1.432 milhares de euros na rubrica de Variação nos Inventários da Produção, com reflexo positivo na conta de Resultados Transitados.
- c) Da soma dos ajustamentos acima indicados resultou o ajustamento do Capital Próprio no montante de 3.135 milhares de euros.

A evolução estrutural de acordo com as regras do SNC apresenta-se nas componentes mais significativas relativamente aos dois exercícios, como se ilustra no gráfico seguinte.

## 7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### Evolução e estrutura do activo



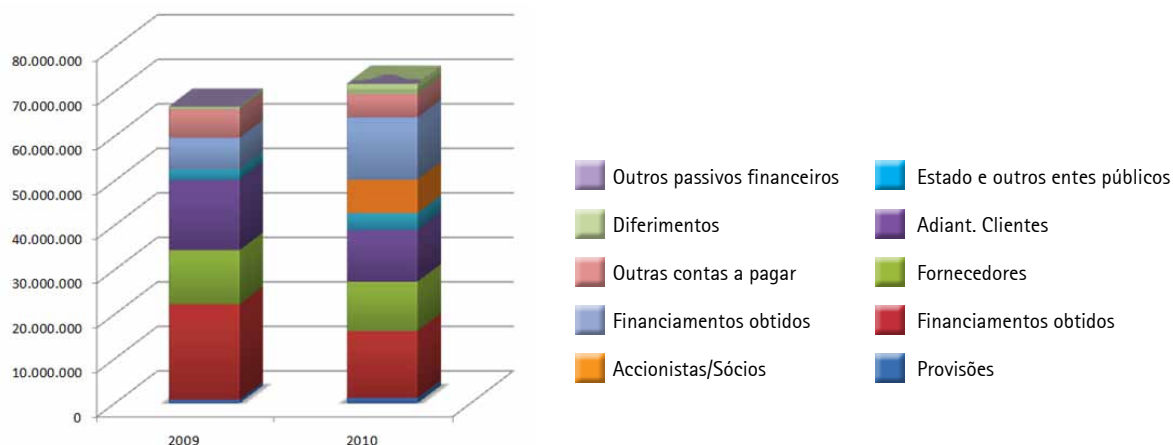
As principais alterações do Activo relativamente ao ano anterior registaram-se:

- No Activo não Corrente, ao nível dos Activos Fixos Tangíveis, com uma variação positiva de 315 milhares de euros a que corresponde um acréscimo de 2,8%.
- No Activo Corrente, ao nível do saldo de Clientes, com uma variação positiva de 3,2 milhões de euros a que corresponde um acréscimo de 16,2%, em virtude de atraso nos respectivos recebimentos, e uma redução no valor dos inventários em 353 milhares de euros, que corresponde a -1%.

## 7.6 Passivo

No final do exercício, o Passivo totalizava 71,7 milhões de euros, registando um acréscimo de 5,1 milhões de euros, face ao valor após conversão para SNC registado no final do exercício anterior. A sua evolução comparativa nos dois exercícios, ambos de acordo com as regras do SNC, apresenta-se no gráfico seguinte.

### Evolução e estrutura do passivo



As principais alterações ocorridas do Passivo no exercício de 2010, relativamente ao ano anterior, registaram-se nas seguintes rubricas:

- No Passivo não Corrente:
  - a) Acréscimo das Provisões com um aumento de 354,8 milhares de euros (+46,1%), para reforço da depreciação de materiais obsoletos em *stock*;
  - b) Diminuição do financiamento de médio prazo em 6,3 milhões de euros por transferência para Passivo Corrente, decorrente da maturidade do vencimento dos respectivos empréstimos para curto prazo.
  
- No Passivo Corrente:
  - a) Aumento do financiamento de curto prazo concedido pelo accionista CP em 7,5 milhões de euros, por conversão de adiantamentos concedidos em anos anteriores por conta de facturação em apoio da tesouraria;
  - b) Aumento do endividamento bancário de curto prazo em 6,9 milhões de euros, por conversão de financiamento do Passivo não Corrente, que decorre do vencimento dos respectivos empréstimos em 2011;
  - c) Redução dos adiantamentos de Clientes em 4,1 milhões de euros, resultante do avanço registado no projecto de fabrico de vagões;
  - d) Aumento dos diferimentos passivos em 1,7 milhões de euros, determinado por facturação emitida por conta de proveitos futuros referentes a diversos trabalhos e projectos em curso de execução.

## 8. EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

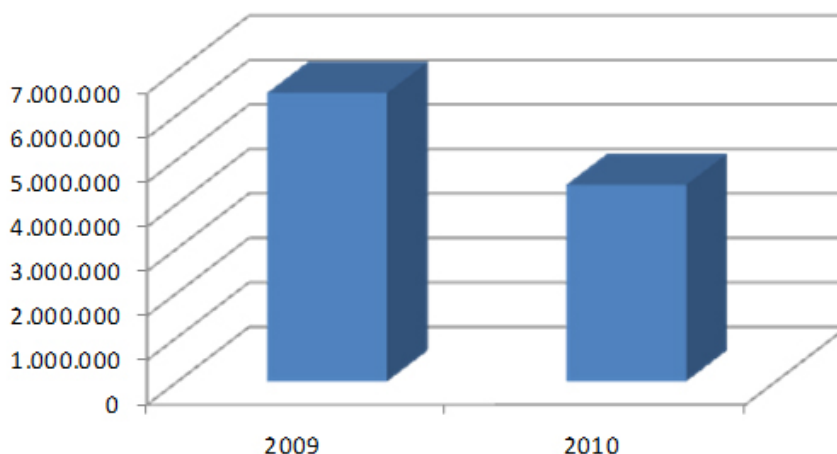
As principais alterações ocorridas no Capital Próprio no exercício de 2010 resultaram de dois tipos de efeitos:

- Da conversão da contabilidade de POC em SNC ao nível do incremento nos Resultados Transitados no montante de 3.135 milhares de euros, devido à reclassificação de resultados apurados na variação dos inventários da produção de anos anteriores. De acordo com as regras em vigor no âmbito do POC, relativamente às obras não plurianuais, a empresa utilizava o critério do contrato completo para o apuramento da variação de inventários da produção. Com a entrada em vigor do SNC, houve que proceder à reclassificação nas contas reflectidas no Balanço de 2009, para efeitos comparativos, de acordo o critério da percentagem de acabamento das obras em curso à data de encerramento do exercício;
- Da contabilização do Resultado Líquido negativo no montante de 2.224.590 euros.

Da conjugação dos efeitos atrás referidos resultou que, após conversão da contabilidade para SNC, o Capital Próprio se tenha situado no Balanço de 2009 em 6.488.629 euros e no de 2010 em 4.422.038 euros, a que corresponde uma diminuição de 2.066.591 euros. Como consequência, a autonomia financeira passou de 8,9% em final de 2009 para 5,8% no final do exercício de 2010.

No gráfico em baixo ilustra-se a evolução descrita.

Evolução de capital próprio





## 9. AFECTAÇÃO DE RESULTADOS

---

Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho de Administração propõe que os Resultados Líquidos negativos do Exercício de 2010, no valor de 2.224.790,52 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

## 10. PERSPECTIVAS FUTURAS

Tendo como objectivo adequar a empresa aos níveis de actividade previstos, aumentar a produtividade e assegurar condições para garantir a sustentabilidade, perspectiva-se prosseguir e reforçar as políticas de optimização de recursos através da reorganização interna, quer no domínio operacional quer no âmbito das áreas de suporte, e do reforço das acções de contenção e rigor na realização dos custos.

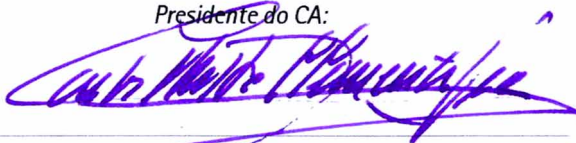
No plano operacional aprofundar-se-á a reorganização de um novo modelo dos centros de produção, centrada em três Parques Oficiais localizados no Norte (abrangendo Guifões, Contumil e Postos de Via Estreita em Mirandela, Régua e Sernada do Vouga), Centro (abrangendo Entroncamento e Figueira da Foz) e Sul (abrangendo Barreiro, Lisboa e Vila Real de Santo António), com a consequente concentração de estruturas de gestão e de *back office*. Consolidado o novo modelo, prevê-se que, numa segunda fase, as estruturas operacionais continuem a evoluir no sentido do reforço da especialização dos vários estabelecimentos oficiais da empresa, concentrando determinadas actividades onde se reúnam maiores vantagens comparativas, decorrentes da sua localização face ao mercado, da melhor aptidão dos meios tecnológicos existentes e outras capacidades competitivas internas ao nível dos custos dos factores produtivos.

Por outro lado, tendo em vista preparar a empresa para enfrentar os novos desafios tecnológicos do futuro, será relançado a partir do início de 2011 um novo ciclo de reorganização e reforço das estruturas de engenharia, procedendo à sua integração conjunta com as valências e *know-how* da Unidade de Inovação e Tecnologia Ferroviária. Com esse ousado passo, a empresa está fortemente apostada na criação de uma estrutura técnica de vanguarda que, através do estabelecimento de parcerias com universidades, institutos e entidades técnicas, impulsione a empresa para um patamar tecnológico superior onde, através da demonstração da sua capacidade de inovação de novas soluções no material circulante, venha a aumentar o seu reconhecimento como uma referência em tecnologia ferroviária, quer em termos nacionais quer internacionalmente.

Lisboa, 10 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Presidente do CA:



---

Eng.º Carlos Alberto Clemente Frazão

Vogal:



---

Dr.ª Rita Adelaide da Silva Alho Martins

Vogal:



---

Eng.º José Manuel Sancho Pontes Correia







relato financeiro  
do exercício 2010 EMEF

## ÍNDICE

<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>3</b>
1. Balanço.....	4
2. Demonstração de Resultados.....	6
3. Mapa das Alterações do Capital Próprio .....	8
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
<b>ANEXO .....</b>	<b>11</b>
1. Identificação da entidade .....	12
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	13
3. Principais políticas contabilísticas .....	16
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	16
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes.....	16
3.3 Principais estimativas e julgamentos.....	26
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro .....	28
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas .....	29
4. Fluxos de caixa.....	30
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	31
6. Activos fixos tangíveis .....	31
7. Activos intangíveis.....	33
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial .....	34
9. Participações financeiras – outros métodos.....	35
10. Inventários.....	36
11. Clientes .....	38
12. Estado e outros entes públicos .....	41
13. Outras contas a receber.....	42
14. Diferimentos.....	43
15. Capital realizado .....	43
16. Outros instrumentos de capital próprio .....	44
17. Reservas legais.....	44
18. Outras reservas.....	44
19. Resultados transitados.....	45
20. Ajustamentos em activos financeiros .....	45
21. Excedentes de revalorização.....	46
22. Provisões.....	47
23. Financiamentos obtidos.....	48
24. Outras contas a pagar .....	50
25. Fornecedores .....	51
26. Adiantamento de clientes .....	52
27. Vendas e serviços prestados .....	53
28. Subsídios à exploração.....	53
29. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....	54
30. Variação nos inventários da produção.....	54
31. Trabalhos para a própria entidade .....	55
32. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	56
33. Fornecimentos e serviços externos.....	57
34. Gastos com pessoal.....	58
35. Outros rendimentos e ganhos .....	59
36. Outros gastos e perdas.....	60
37. Gastos/reversões de depreciação e de amortização .....	60
38. Juros e gastos similares suportados .....	61
39. Locações operacionais.....	61
40. Partes relacionadas .....	62
41. Accionistas/Sócios .....	64
42. Imposto sobre o rendimento do período.....	65
43. Activos não correntes detidos para venda.....	65
44. Garantias bancárias.....	66
45. Matérias ambientais .....	66
46. Acontecimentos após a data de balanço .....	68
<b>RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>70</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....</b>	<b>72</b>





demonstrações financeiras

## 1. BALANÇO

### Balanço em 31 de Dezembro de 2010

Descrição	Notas	31-12-2010	31-12-2009
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	11.727.197	11.391.532
Activos intangíveis	7	21.955	20.066
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	8	30.981	76.797
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>11.780.132</b>	<b>11.488.395</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	10	36.773.011	37.126.964
Clientes	11	23.457.894	20.193.752
Estado e outros entes públicos	12	313.793	281.026
Outras contas a receber	13	4.911.657	5.093.484
Diferimentos	14	247.035	217.133
Activos não correntes detidos para venda	43	94.113	
Caixa e depósitos bancários	4	93.185	113.375
<b>Total do activo corrente</b>		<b>65.890.689</b>	<b>63.025.733</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>77.670.821</b>	<b>74.514.127</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	15	8.100.000	8.100.000
Outros instrumentos de capital próprio	16	7.107.505	6.949.305
Reservas legais	17	95.506	95.506
Outras reservas	18	617.458	617.458
Resultados transitados	19	(9.315.168)	(8.640.109)
Ajustamentos em activos financeiros	20	8.747	8.747
Excedentes de revalorização	21	32.780	37.919
<b>Resultado líquido</b>		<b>(2.224.791)</b>	<b>(680.197)</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>4.422.038</b>	<b>6.488.629</b>

<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	22	1.124.611	769.734
Financiamentos obtidos	23	15.062.500	21.440.000
<b>Resultado líquido</b>		<b>16.187.111</b>	<b>22.209.734</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	25	11.094.693	12.145.119
Adiantamentos de clientes	26	11.574.175	15.750.315
Estado e outros entes públicos	12	3.831.330	2.462.968
Accionistas/sócios	41	7.500.000	
Financiamentos obtidos	23	13.994.263	7.038.357
Outras contas a pagar	24	6.703.364	7.817.840
Diferimentos	14	2.363.846	601.165
<b>Total de passivo corrente</b>		<b>57.061.671</b>	<b>45.815.765</b>
<b>Total do PASSIVO</b>		<b>73.248.783</b>	<b>68.025.498</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>77.670.821</b>	<b>74.514.127</b>

O Técnico Oficial de Contas

*Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro*

Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

O Director Financeiro

*Alberto Manuel Cordelo Espingardeiro*

Dr. Alberto Manuel Cordelo Espingardeiro

O Conselho de Administração

Presidente do CA:

*Carlos Alberto Clemente Frazão*

Eng.º Carlos Alberto Clemente Frazão

Vogal:

*Rita Adelaide da Silva Alho Martins*

Dr.ª Rita Adelaide da Silva Alho Martins

Vogal:

*José Manuel Sancho Pontes Correia*

Eng.º José Manuel Sancho Pontes Correia

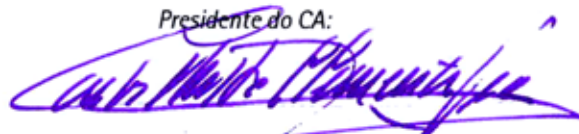
## 2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2010 Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Descrição	Notas	31-12-2010	31-12-2009
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	27	83.982.378	80.291.706
Subsídios à exploração	28	21.281	63.844
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	29	(135.585)	68.757
Variação nos inventários de produção	30	1.519.836	1.490.590
Trabalhos para a própria entidade	31	77.234	445.886
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(30.387.908)	(22.246.833)
Fornecimento e serviços externos	33	(13.829.515)	(15.774.246)
Gastos com o pessoal	34	(40.054.538)	(41.568.050)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(1.142.986)	(1.108.997)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(60.354)	(76.962)
Provisões (aumentos/reduções)	22	(218.495)	(128.308)
Outros rendimentos e ganhos	35	1.827.039	1.144.006
Outros gastos e perdas	36	(1.333.097)	(801.229)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>265.290</b>	<b>1.800.163</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	(1.784.085)	(1.662.230)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(1.518.795)</b>	<b>137.933</b>
Juros e gastos similares suportados	38	(659.466)	(775.915)
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>(2.178.261)</b>	<b>(637.983)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	42	(46.530)	(42.215)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(2.224.791)</b>	<b>(680.197)</b>

O Conselho de Administração

Presidente do CA:



---

Eng.º Carlos Alberto Clemente Frazão

Vogal:



---

Dr.ª Rita Adelaide da Silva Alho Martins

Vogal:



---

Eng.º José Manuel Sancho Pontes Correia

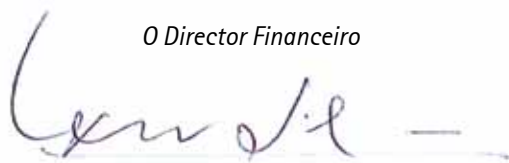
O Técnico Oficial de Contas



---

Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

O Director Financeiro



---

Dr. Alberto Manuel Cordelo Espingardeiro

### 3. MAPA DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

## Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período 2009

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe																
Descrição	Notas	Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustam. em activos financeiros	Excedent. de revaloriz.	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesse minoritár.	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009</b>	<b>1</b>		8.100.000	56.290.289			95.506	617.458	(60.611.984)	8.747	45.448		(5.512.193)	(966.729)		(966.729)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																
Primeira adopção do referencial contabilístico	2.4								(3.135.445)					(3.135.445)		(3.135.445)
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	21								7.529		(7.529)					
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19								(5.512.193)				5.512.193			
<b>Total das alterações no período</b>	<b>2</b>		-	-	-	-	-	-	(8.640.109)	-	(7.529)	-	5.512.193	(3.135.445)	-	(3.135.445)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>												(680.197)	(680.197)		(680.197)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>								(8.640.109)		(7.529)		4.831.996	(3.815.642)		(3.815.642)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO</b>	<b>w</b>															
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas	16								11.271.000					11.271.000		11.271.000
Outras operações	16			(49.340.984)					49.340.984							
<b>Total das operações com detentores de capital no período</b>	<b>5</b>		-	(49.340.984)	-	-	-	-	60.611.984	-	-	-	-	11.271.000	-	11.271.000
<b>Posição no final do período 2009</b>	<b>6=1+2+3+5</b>		8.100.000	-	6.949.305	-	95.506	617.458	(8.640.109)	8.747	37.919	-	(680.197)	6.488.629	-	6.488.629



# Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período 2010

## Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

Descrição	Notas	Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustam. em activos financeiros	Excedent. de revaloriz.	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesse minoritár.	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010</b>	<b>1</b>	8.100.000		6.949.305			95.506	617.458	(8.640.109)	8.747	37.919		(680.197)	6.488.629		6.488.629
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																
Primeira adopção do referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	21								5.139		(5.139)					
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2.4								(680.197)				680.197			
<b>Total das alterações no período</b>	<b>2</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>(675.059)</b>	-	<b>(5.139)</b>	-	<b>680.197</b>	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>												(2.224.791)	(2.224.791)		(2.224.791)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>								(675.059)		(5.139)		(1.544.593)	(2.224.791)		(2.224.791)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO</b>																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações	16			158.200										158.200		158.200
<b>Total das operações com detentores de capital no período</b>	<b>5</b>	-	-	<b>158.200</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>158.200</b>	-	<b>158.200</b>
<b>Posição no final do período 2010</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	<b>8.100.000</b>	<b>-</b>	<b>7.107.505</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>95.506</b>	<b>617.458</b>	<b>(9.315.168)</b>	<b>8.747</b>	<b>32.780</b>	<b>-</b>	<b>(2.224.791)</b>	<b>4.422.038</b>	<b>-</b>	<b>4.422.038</b>

## 4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	101.700.215	118.088.876
Pagamentos a fornecedores	(53.637.393)	(63.514.504)
Pagamentos ao pessoal	(40.233.506)	(39.503.585)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>7.829.316</b>	<b>15.070.787</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	(10.657.027)	(11.656.041)
	<b>(10.657.027)</b>	<b>(11.656.041)</b>
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>(2.827.711)</b>	<b>3.414.746</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas		
Dividendos	-	100.500
		<b>100.500</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(2.094.623)	(3.428.276)
Investimentos financeiros		
Outros activos	(2.094.623)	(3.428.276)
	<b>(2.094.623)</b>	<b>(3.428.276)</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>(2.094.623)</b>	<b>(3.327.776)</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	8.258.406	13.000.000
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	158.200	
	<b>8.416.606</b>	<b>13.000.000</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(2.680.000)	(12.416.201)
Juros e gastos similares	(833.955)	(720.465)
Outras operações de financiamento	(3.513.955)	(13.136.666)
	<b>(3.513.955)</b>	<b>(13.136.666)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>4.902.650</b>	<b>(136.666)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>(19.684)</b>	<b>(49.696)</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>	<b>(506)</b>	<b>11.525</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>113.375</b>	<b>151.546</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>93.185</b>	<b>113.375</b>

### Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço:

Descrição	2010	2010
Numerário	3.000	3.375
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	90.185	110.000
Equivalentes a caixa		
Caixa e seus equivalentes	93.185	113.375
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço	93.185	113.375

The image features a minimalist, abstract design on a light gray background. It consists of several overlapping, semi-transparent circles of varying shades of gray, creating a layered effect. A thick, dark gray diagonal line cuts across the lower right portion of the composition. The word "anexo" is written in a clean, white, sans-serif font, positioned within the lower right area of the design.

anexo

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

---

A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., adiante designada por EMEF, é uma sociedade anónima com sede social na Rua D. Afonso Henriques, 2330-519 Entroncamento, constituída em Dezembro de 1992, tendo iniciado a sua actividade em 30 de Janeiro de 1993.

A EMEF é detida pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa. Possui vários estabelecimentos de produção dispersos pelas zonas Norte, Centro e Sul do território nacional e tem como actividade principal o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários.

Em Dezembro de 2010, a EMEF possui as seguintes participações financeiras:

- a) EMEF Internacional S.A, na qual detém 95% do seu capital social. Esta sociedade tem por objecto social o fabrico, reabilitação, reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, navios e autocarros, engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte, estudo, manutenção e construção de instalações industriais e infra-estruturas ferroviárias, gestão industrial e actividades acessórias, desenvolvidas em Portugal ou no estrangeiro;
- b) SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., tendo como objecto social a actividade de mediação de seguros, na qual a EMEF detém 100% do seu capital social;
- c) EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE, tendo como objecto social a sinergia e optimização das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas eléctricas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal E.P.E.

A EMEF tem uma participação no Agrupamento de 51%.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da EMEF foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, de acordo com o preconizado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (SNC), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - NCRF);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009 de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade de operações da EMEF e do regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com a expressão dos respectivos montantes em euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2009.

A empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo da alínea a) do número 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei 158/2009, de 14 de Julho.

### 2.2 Derrogações das disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devam ser transmitidas aos interessados pelas informações disponibilizadas.

### 2.3 Conteúdos das demonstrações financeiras não comparáveis com o período anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

### 2.4 Adopção pela primeira vez das NCRF

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as NCRF, tendo sido aplicada a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Conforme previsto na NCRF 3, as demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de Dezembro de 2009, preparada de acordo com o SNC.

A transição do POC para o SNC teve os seguintes impactos nas demonstrações financeiras da EMEF:

Descrição	Saldo inicial
Capital próprio de acordo com o POC a 1 de Janeiro de 2009	(966.729)
Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 1 de Janeiro de 2009	(3.135.445)
Resultados transitados (Ajustamentos de conversão)	(3.135.445)
<b>Capital próprio de acordo com as NCRF a 1 de Janeiro de 2009</b>	<b>(4.102.174)</b>
Capital próprio de acordo com o POC a 31 de Dezembro de 2009	8.192.052
Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 31 de Dezembro de 2009	(1.703.423)
Resultados transitados (Ajustamentos de conversão)	(3.135.445)
Resultado Líquido de 2009	1.432.022
<b>Capital próprio de acordo com as NCRF a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>6.488.629</b>

Descrição	Saldo inicial
Resultado do período de 2009 de acordo com o POC	(2.112.219)
Ajustamentos efectuados às rubricas de rendimentos e gastos do período de 2009	
Variação nos Inventários da Produção - Prod. e Trab. em curso	1.432.022
<b>Resultado do período de 2009 de acordo com as NCRF</b>	<b>(680.197)</b>

Os ajustamentos efectuados ao capital próprio, à data de 1 de Janeiro de 2009, resultaram da alteração da política contabilística relativamente ao reconhecimento do rédito, com o consequente efeito nos inventários da produção (produtos e trabalhos em curso), uma vez que o método de reconhecimento de rédito utilizado no anterior normativo contabilístico, o método do contrato completado, deixou de ser permitido à luz do Sistema de Normalização Contabilística. Desta forma, o reconhecimento do rédito passou a ser efectuado à luz da NCRF 19 (no que respeita a contratos de construção) e NCRF 20 (no que respeita a prestação de serviços). Esta alteração de política contabilística originou o desreconhecimento dos produtos e trabalhos em curso considerado no saldo de abertura de 2009 no montante de 3.135.445 euros.

No exercício de 2009, a adopção deste critério motivou alterações a nível da variação nos inventários da produção e nos produtos e trabalhos em curso no montante de 1.432.021 euros.

As reconciliações apresentadas não incluem itens referentes a correcções de erros. Todos os itens dizem respeito à alteração de políticas contabilísticas.



## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Órgão de Gestão da EMEF formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados relevantes de acordo com cada circunstância particular e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

#### *a. Activos fixos tangíveis*

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, os direitos de importação, os impostos de compra não reembolsáveis e são deduzidos dos descontos e abatimentos. Inclui ainda custos directamente atribuíveis ao activo para o colocar na localização pretendida e em condições de desempenhar as funções para as quais foi adquirido ou produzido, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos com manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes activos são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do activo sempre que se perspetive que originem benefícios económicos futuros para a EMEF.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Designação	Número de anos
Edifícios e outras construções	2 a 20
Equipamento básico	1 a 16
Equipamento de transporte	1 a 11
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros activos fixos tangíveis	1 a 14

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### *b. Activos intangíveis*

A EMEF reconhece um activo intangível sempre que exerça controlo sobre o mesmo, o bem seja identificável, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a empresa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

#### **Activos intangíveis com vida útil finita**

Os activos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

#### **Aquisição e desenvolvimento de *software***

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

As vidas úteis esperadas dos programas de computador são as seguintes:

Designação	Número de anos
Programas de computador	1 a 8

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### *c. Locações*

A EMEF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato.

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se a locadora transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo;
- Locação operacional, nas situações em que tal não se verifique.

#### **Locações operacionais**

Os pagamentos efectuados pela EMEF à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

#### *d. Participações financeiras*

##### **Investimentos em subsidiárias**

As participações financeiras em subsidiárias em que a EMEF exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a EMEF assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto, ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma actividade económica, a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária ou associada igualar ou exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

##### **Investimentos em associadas**

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa, caso em que é usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

### **Entidades conjuntamente controladas**

As entidades conjuntamente controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse. São entidades em que a empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

O montante registado em 2010 é referente à provisão criada para fazer face à participação nos capitais próprios negativos do empreendimento conjunto EMEF/SIEMENS ACE. Esta provisão corresponde à participação que a EMEF detém no ACE (51%) sobre os capitais próprios negativos do empreendimento conjunto a 31.12.2010.

### **e. Inventários**

Os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade, deduzido dos respectivos custos de venda.

A empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

### **Matérias-primas, subsidiárias e de consumo**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adoptado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### **Produtos e trabalhos em curso**

Encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado como valor realizável líquido o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efectuar a venda.

#### **Produto acabado**

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão, e encontram-se valorizados aos custos de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo. No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabado, a empresa tem adicionalmente em consideração o definido na NCRF 19 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

#### *f. Contas a receber*

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Usualmente, as dívidas de terceiros decorrentes da actividade operacional não vencem juros.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### *g. Caixa e equivalentes de caixa*

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo altamente líquidos e que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

#### *h. Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados. As diferenças de câmbio resultantes da liquidação e relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira, foram as seguintes:

Moeda	Taxa de câmbio	
	2010	2009
Dólar / US - USD	1,3282	1,4435
Libra esterlina - GBP	0,8556	0,8899

### *i. Capitalização de custos com empréstimos*

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem, não sendo capitalizados, mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

### *j. Provisões*

São reconhecidas provisões quando:

- A EMEF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- Provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos;
- O montante da obrigação possa ser fiavelmente estimado;
- As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Provisões para processos judiciais em curso**

A EMEF regista provisões relativas a processos judiciais em curso, para os quais existe probabilidade de que venham a ocorrer exfluxos económicos da empresa. O montante corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

### *k. Activos e passivos contingentes*

A EMEF não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

que incorporem benefícios económicos.

Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros seja exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a EMEF divulga o respectivo passivo contingente.

#### *l. Reconhecimento de gastos e rendimentos*

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de outros activos ou passivos, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

#### *m. Reconhecimento do rédito*

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

#### **Venda de bens**

O rédito proveniente da venda de bens só é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as seguintes condições:

- A EMEF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A EMEF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção sejam fiavelmente mensurados.



## Contratos de construção

No reconhecimento e mensuração do rédito associado ao fabrico de vagões em curso, a empresa tem em consideração o definido na NCRF 19 – Contratos de construção.

Quando o desfecho de um contrato de construção for fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção são reconhecidos como rédito e gastos, respectivamente, com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data do balanço. Pelo método da percentagem de acabamento, o rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho com o qual se relacionam seja executado. Qualquer excesso esperado dos custos totais do contrato sobre os réditos totais do contrato é reconhecido imediatamente como um gasto.

Quando o desfecho de um contrato de construção não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis, sendo os custos do contrato reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos. Se o desfecho do contrato não puder ser fiavelmente estimado, nenhum lucro é reconhecido. Qualquer excesso esperado dos custos totais do contrato sobre o rédito total do contrato é reconhecido imediatamente como um gasto.

No apuramento da fase de acabamento de um contrato, a empresa usa o método que mesure com fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, os métodos podem incluir:

- a) A proporção em que os custos do contrato incorridos no trabalho executado até à data estejam para os custos estimados totais do contrato;
- b) Levantamentos do trabalho executado;
- c) Conclusão de uma proporção física do trabalho contratado.

Para a determinação da percentagem de acabamento, considerou-se como unidade de medida o vagão, i.e., o fabrico completo de vagão.

No caso de um contrato de preço fixado, o desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente estimado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O rédito do contrato possa ser mensurado fiavelmente;
- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos do contrato para o acabar como a fase de acabamento do contrato na data do balanço possam ser fiavelmente mensurados; e
- Os custos de contrato atribuíveis ao contrato possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados de forma que os custos reais do contrato incorridos possam ser comparados com estimativas anteriores.

No caso de um contrato de "cost plus", o desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente mensurado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade; e
- Os custos do contrato atribuíveis ao contrato, quer sejam ou não reembolsáveis, possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### **Prestação de serviços**

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço, quando o desfecho da transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transacção não possa ser fiavelmente estimado e não seja provável que os custos incorridos sejam recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto. Para o reconhecimento e mensuração do rédito das prestações de serviços de manutenção e reparação, foi adoptado o método da percentagem de acabamento nas situações em que o desfecho da transacção era fiavelmente estimado, em conformidade com as condições acima referidas. Para as situações em que as condições para consideração do desfecho da transacção como fiavelmente estimado não eram cumulativamente satisfeitas, a empresa procedeu ao reconhecimento do gasto incorrido, não reconhecendo qualquer rédito, por não ser provável que os custos incorridos fossem recuperados, em conformidade com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

#### *n. Gastos/Rendimentos de financiamentos*

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

#### *o. Instrumentos financeiros*

A empresa reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transacção dos activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A empresa mensura os seus activos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

### **Imparidade**

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

### *p. Impostos sobre o rendimento do período*

A EMEF encontra-se inserida no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### *q. Acontecimentos após a data de balanço*

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 42.

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 13 de Abril de 2011, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão.

Os eventos ocorridos após a data do balanço, sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

### *r. Activos não correntes detidos para venda*

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

A entidade também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

## 3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem a realização de estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas

de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

### **Provisões**

As provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela EMEF da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **Reconhecimento do rédito**

No reconhecimento do rédito, a EMEF afere se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transacção como fiavelmente estimado, o que lhe permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da empresa em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transacção como fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, a empresa afere em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto. Relativamente ao exercício de 2010, e às situações em que o desfecho de transacção não se encontrava fiavelmente estimado, a EMEF considerou não existirem indicadores que evidenciassem a recuperação dos custos incorridos.

### **Perdas por imparidade – inventários**

A empresa, na determinação das perdas por imparidade de inventários, aplica diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objectivo dos inventários, considerando que tais critérios reflectem a perda de valor dos inventários.

Tais pressupostos/critérios assumidos encontram-se apresentados na nota 10.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da empresa de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Não são calculados activos por impostos diferidos por não se perspectivar a sua recuperabilidade.

### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Tendo como objectivo adequar a empresa aos níveis de actividade previstos, aumentar a produtividade e assegurar condições para garantir a sustentabilidade, perspectiva-se prosseguir e reforçar as políticas de optimização de recursos através da reorganização interna, quer no domínio operacional quer no âmbito das áreas de suporte, e do reforço das acções de contenção e rigor na realização dos custos.

No plano operacional aprofundar-se-á a reorganização de um novo modelo dos centros de produção, centrada em três Parques Oficiais localizados no Norte (abrangendo Guifões, Contumil e Postos de Via Estreita em Mirandela, Régua e Sernada do Vouga), Centro (abrangendo Entroncamento e Figueira da Foz) e Sul (abrangendo Barreiro, Lisboa e Vila Real de Santo António), com a conseqüente concentração de estruturas de gestão e de *back-office*. Consolidado o novo modelo, prevê-se que, numa segunda fase as estruturas operacionais continuem a evoluir no sentido do reforço da especialização dos vários estabelecimentos oficiais da empresa, concentrando determinadas actividades onde se reúnam maiores vantagens comparativas decorrentes, seja da sua localização face ao mercado, seja da melhor aptidão dos meios tecnológicos existentes, seja de outras capacidades competitivas internas ao nível dos custos dos factores produtivos.

Por outro lado, tendo em vista preparar a empresa para enfrentar os novos desafios tecnológicos do futuro, será relançado a partir do início de 2011 um novo ciclo de reorganização e reforço das estruturas de engenharia, procedendo à sua integração conjunta com as valências e *know-how* da Unidade de Inovação e Tecnologia Ferroviária. Com esse ousado passo, a empresa está fortemente apostada na criação de uma estrutura técnica de vanguarda que, através do estabelecimento de parcerias com universidades, institutos e entidades técnicas, impulse a empresa para um patamar tecnológico superior onde, através da demonstração da sua capacidade de inovação de novas soluções no material circulante, venha a aumentar o seu reconhecimento como uma referência em tecnologia ferroviária, quer em termos nacionais quer internacionalmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a EMEF continuará em operação. Dessa forma, o Conselho de Administração não tem qualquer indicação, ou intenção, nem considera a necessidade de reduzir materialmente as suas operações, a não ser na justa escala dos ajustamentos necessários para a sua contínua adaptação à evolução competitiva dos mercados e à obtenção de maior eficiência nas suas actividades em geral.

De igual modo não recebeu até esta data qualquer orientação do seu accionista único CP que ponha em dúvida a continuidade das operações da empresa no futuro previsível. Sublinha-se ainda a importância da EMEF como entidade única capaz de prestar os serviços de manutenção e, por conseguinte, de suportar a manutenção do transporte ferroviário nacional de manifesto interesse público.

Assim, o Conselho de Administração, considerando as incertezas acima descritas, entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os factores adiante descritos.

Relativamente a instrumentos para liquidação dos compromissos de curto prazo, atendendo aos resultados operacionais e fluxos de caixa operacionais negativos em 2010, a EMEF continua a contar com o apoio do seu accionista único CP, que, além de dois empréstimos concedidos para apoio de tesouraria no montante de 7,5M€, assume a posição de fiadora em dois empréstimos de curto/médio prazo com o consórcio bancário BPI/BES e igualmente num terceiro empréstimo do Banco BPI no montante de 6M€.

### 3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3 – Principais Estimativas e Julgamentos.



## 4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento. A EMEF classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2010, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Caixa</b>		
Serviços Centrais	500	500
Parq. Oficinal Norte	500	500
Parque Oficinal Entroncamento	500	500
Parque Oficinal Sul	500	500
Manutenção Figueira da Foz	500	500
Manutenção Lisboa	500	500
Manutenção Norte		375
	<b>3.000</b>	<b>3.375</b>
<b>Depósitos à Ordem</b>		
Banco Espírito Santo	77.557	103.614
BCP - Parque Oficinal Sul	431	925
BCP - Parque Oficinal Entroncamento	1.205	1.188
BCP - Manutenção Figueira da Foz	839	744
BCP - Parque Oficinal Norte	46	58
BCP - Manutenção Centro		1.461
BCP - Manutenção Lisboa	1.160	857
BCP - Manutenção Norte		88
BCP - Serviços Centrais	995	
Caixa Geral de Depósitos	7.950	1.065
Crédito Agrícola	2	
	<b>90.185</b>	<b>110.000</b>
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>93.185</b>	<b>113.375</b>

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o presente período, a EMEF aplicou pela primeira vez as NCRF, tendo tido os efeitos no período corrente e no período anterior relatados no ponto 2.4.

## 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>VALOR BRUTO</b>		
Terrenos e recursos naturais	1.592.530	1.592.530
Edifícios e outras construções	6.167.148	4.972.155
Equipamento básico	13.838.801	13.376.895
Equipamento de transporte	1.824.358	1.850.577
Equipamento administrativo	3.675.856	3.282.470
Outros activos fixos tangíveis	3.598.197	3.463.308
	<b>30.696.890</b>	<b>28.537.936</b>
<b>DEPRECIACÃO ACUMULADA E IMPARIDADE</b>		
Depreciação do período	1.771.117	1.662.230
Anulações do período	(1.323.329)	(29.909)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	19.429.037	16.534.105
	<b>19.876.825</b>	<b>18.166.427</b>
<b>INVESTIMENTOS EM CURSO</b>		
Activo Fixo Tangível em Curso	748.931	912.943
Adiantamento por Conta Activo Fixo Tangível	158.200	107.080
	<b>907.131</b>	<b>1.020.023</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>11.727.197</b>	<b>11.391.532</b>

Em termos de investimentos relevantes concluídos no ano de 2010, destaca-se:

- Banco de ensaio para painéis de sistema pneumático das UQEs 3500 no valor de 247.000 euros;
- Reversão e recuperação de pavilhão destinado à Fergráfica no valor de 1.104.000 euros (dos quais 830.075 euros já se encontravam em investimento em curso no final de 2009).

Contribuíram também para o aumento do valor bruto dos activos fixos tangíveis os seguintes investimentos ainda em curso no final de 2010:

- Célula Robotizada para Soldadura por arco no valor de 468.122 euros;
- Cabine de Pintura e Secagem no valor de 216.140 euros.

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2010, são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Revaloriz. /Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
<b>VALOR BRUTO</b>									
Terrenos e recursos naturais	1.592.531								1.592.531
Edifícios e outras construções	4.972.155	200.143					994.850		6.167.148
Equipamento básico	13.376.895	423.942		(24.173)			62.136		13.838.801
Equipamento de transporte	1.850.578	10.306		(8.947)		(27.579)			1.824.358
Equipamento administrativo	3.282.470	393.407		(21)					3.675.856
Outros activos fixos tangíveis	3.463.308	128.878					6.011		3.598.197
Investim. em Curso - Activo Fixo em curso	912.942	658.056					(822.067)		748.931
Adiantam. por conta de investimentos	107.080	292.050					(240.930)		158.200
	<b>29.557.959</b>	<b>2.106.782</b>		<b>- (33.141)</b>		<b>- (27.579)</b>		<b>-</b>	<b>- 31.604.022</b>
<b>DEPRECIACÃO ACUMULADA E IMPARIDADE</b>									
Edifícios e outras construções	1.360.448	336.310							1.696.757
Equipamento básico	9.256.675	855.468		(24.173)					10.087.971
Equipamento de transporte	1.575.689	77.105		(8.947)		(27.579)			1.616.268
Equipamento administrativo	2.952.558	279.294		(21)					3.231.831
Outros activos fixos tangíveis	3.021.058	222.940							3.243.998
	<b>18.166.428</b>	<b>1.771.117</b>		<b>- (33.141)</b>		<b>- (27.579)</b>		<b>-</b>	<b>- 19.876.825</b>
<b>Total</b>	<b>11.391.532</b>								<b>11.727.197</b>

A CP é fiadora junto dos bancos BPI e BES, assegurando o pagamento integral e pontual do empréstimo no montante de 7.000.000 euros, contraído para financiar a aquisição do prédio urbano sito na Amadora.

## 7 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>VALOR BRUTO</b>		
Programas de Computador	1.297.532	1.282.675
	<b>1.297.532</b>	<b>1.282.675</b>
<b>AMORTIZAÇÃO ACUMULADA E IMPARIDADE</b>		
Amortização do período	12.968	23.627
Reversões do Período		
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.262.609	1.238.982
	<b>1.275.577</b>	<b>1.262.609</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>21.955</b>	<b>20.066</b>

Descrição	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
<b>VALOR BRUTO</b>									
Programas de Computador	1.282.675	14.857							1.297.532
	<b>1.282.675</b>	<b>14.857</b>	-	-	-	-	-	-	<b>1.297.532</b>
<b>DEPRECIACÃO ACUMULADA E IMPARIDADE</b>									
Programas de Computador	1.262.609	12.968							1.275.577
	<b>1.262.609</b>	<b>12.968</b>	-	-	-	-	-	-	<b>1.275.577</b>
<b>Total</b>	<b>20.066</b>								<b>21.955</b>

## 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS MÉTODO DA ÉQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	Tipo	31-12-2010			31-12-2009		
		Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda					76.797		76.797
EMEF INTERNACIONAL SA		30.981		30.981			
<b>TOTAL</b>		<b>30.981</b>	<b>-</b>	<b>30.981</b>	<b>76.797</b>	<b>-</b>	<b>76.797</b>

O movimento das participações financeiras é analisado como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Final
<b>VALOR BRUTO</b>						
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda	76.797			17.317	(94.113)	
EMEF INTERNACIONAL SA		47.500		(16.519)		30.981
<b>TOTAL</b>	<b>76.797</b>	<b>47.500</b>	<b>-</b>	<b>798</b>	<b>(94.113)</b>	<b>30.981</b>
<b>IMPARIDADE</b>						
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda						
EMEF INTERNACIONAL SA						
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A EMEF Internacional foi constituída como sociedade comercial anónima a 14 de Julho de 2010, com capital social de 50.000 euros. A EMEF detém uma participação social de 95% nesta sociedade, que correspondem a nove mil e quinhentas acções nominativas no valor de 5 euros cada. Aquando da sua constituição, a participação da EMEF ascendeu ao montante total de 47.500 euros.

Da participação financeira na EMEF Internacional, a EMEF registou um resultado negativo de 16.519 euros. Os restantes 5% do capital social são detidos pela CP.

O montante de 17.317 euros corresponde ao resultado obtido resultante da participação financeira da SAROS.

A informação financeira referente às empresas associadas apresenta-se como se segue:

Descrição	% de Participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado Líquido
<b>VALOR BRUTO</b>							
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda	100	31.12.2010	110.260	16.135	94.124	77.193	17.317
EMEF INTERNACIONAL SA	95	31.12.2010	50.103	17.492	32.611		(17.389)
<b>TOTAL</b>			<b>160.363</b>	<b>33.627</b>	<b>126.735</b>	<b>77.193</b>	<b>(72)</b>

## 9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	Tipo	31-12-2010			31-12-2009		
		Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Fundação Museu Nacional Ferroviário		31.944	31.944		31.944	31.944	
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial		2.500	2.500		2.500	2.500	
<b>TOTAL</b>		<b>34.444</b>	<b>34.444</b>	<b>-</b>	<b>34.444</b>	<b>34.444</b>	<b>-</b>

O movimento das participações financeiras é o seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Final
<b>VALOR BRUTO</b>						
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944					31.944
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500					2.500
<b>TOTAL</b>	<b>34.444</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34.444</b>
<b>IMPARIDADE</b>						
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944					31.944
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500					2.500
<b>TOTAL</b>	<b>34.444</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34.444</b>

Não se registaram diferenças, quer em termos de valor bruto quer em termos de imparidade, no ano de 2010 comparativamente com o ano de 2009.

## 10. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>VALOR BRUTO</b>		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	38.876.571	38.274.100
Produtos acabados e intermédios	1.317.793	969.439
Produtos e trabalhos em curso	2.654.819	1.315.091
Reclassificação e regularização de inventários	57.879	164.527
Adiantamentos por conta de compras	1.897.465	3.292.336
	<b>44.804.527</b>	<b>44.015.493</b>
<b>IMPARIDADES ACUMULADAS</b>		
Imparidades do período	1.142.986	1.108.997
Imparidades de períodos anteriores	6.888.529	5.779.532
	<b>8.031.515</b>	<b>6.888.529</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>36.773.011</b>	<b>37.126.964</b>

A variação mais significativa nos inventários ocorreu na rubrica de produtos e trabalhos em curso, decorrente da produção contínua de vagões para a CP durante o ano de 2010, sendo que no final do ano se encontravam 50 vagões em fabrico.

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversão	Saldo Final
<b>IMPARIDADES DE INVENTÁRIOS</b>				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(6.458.427)	(1.095.205)	57.063	(7.496.569)
Produtos acabados e intermédios	(430.102)	(104.844)	-	(534.946)
<b>TOTAL</b>	<b>(6.888.529)</b>	<b>(1.200.049)</b>	<b>57.063</b>	<b>(8.031.515)</b>

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo registadas no ano de 2010 (como reforço às perdas de inventários registadas em anos anteriores) ascendem a 1.095.205 euros, e as relativas a produtos acabados e intermédios a 104.844 euros. Para o seu cálculo foram utilizados os seguintes critérios:

- Material Motor e Automotor que consta do Programa de Abate de Locomotivas Eléctricas 2500/2550 – Imparidade de 100%;
- Materiais cuja classe de *stock* é Obsoleto – Imparidade de 100%;



- Materiais cuja classe de *stock* é Mono EMEF e Mono CP, sem consumo há 5 ou mais anos – Imparidade de 100%, e com algum consumo – Imparidade de 50%;
- Materiais sem consumo há 5 ou mais anos – Imparidade de 100%, há 4 anos – Imparidade de 60%, e há 3 anos – Imparidade de 50%, afectos a Vagões, Carruagens, materiais genéricos de aplicação em diversas séries e equipamentos;
- Materiais cuja classificação da Série de Material/equipamentos pertence a Carruagens – Imparidade de 10%;
- Para os restantes materiais, foi considerado um critério de imparidade de 1% a 5% correspondente ao histórico de depreciação face ao custo de aquisição.

As reversões por imparidade de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo, no montante de 57.063 euros, devem-se, na sua maioria, a abates de inventários ocorridos no ano de 2010 classificados como Obsoletos e já objecto de perdas por imparidade em anos anteriores.

## 11. CLIENTES

A rubrica de clientes é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>CLIENTES C/C</b>		
Gerais	13.608.505	7.487.620
Empresa-mãe	9.785.771	12.662.670
Empreendimentos conjuntos	4.131	2.412
<b>CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA</b>	219.478	140.686
	<b>23.617.884</b>	<b>20.293.388</b>
<b>IMPARIDADES ACUMULADAS</b>		
Perdas por imparidade no período	60.354	76.962
Perdas por imparidade de períodos anteriores	99.636	22.674
	<b>159.990</b>	<b>99.636</b>
<b>TOTAL</b>	<b>23.457.894</b>	<b>20.193.752</b>

A autonomização da actividade de transporte ferroviário de mercadorias da CP, que culminou com a constituição da CP Carga, SA, no final do mês de Julho de 2009, explica o aumento do saldo de clientes gerais de 2009 para 2010 por contrapartida da diminuição de clientes empresa-mãe.

Verificou-se, por um lado, uma alteração da afectação à respectiva conta de clientes, uma vez que a actividade da EMEF relativa ao material rebocado de mercadorias no período de Janeiro a Julho de 2009 se encontrava ainda reflectida na rubrica clientes empresa-mãe. Por outro lado, foram concluídos os primeiros vagões fabricados pela Unidade de Novos Projectos, o que motivou um aumento dos valores facturados ao cliente CP Carga.

O saldo do cliente CP Carga foi de 3.260.091,47€ e 8.932.382,80€ nos anos findos de 2009 e 2010, respectivamente, representando assim o valor mais significativo da rubrica clientes gerais.

Em 2010, além da CP Carga, os clientes com saldos de maior expressão nesta rubrica foram:

- Prometro, S.A. (1.643.175,25€);
- Fergráfica, S.A. (921.130,29€), justificado essencialmente pelo débito do valor das rendas das instalações;
- Metro da Área Metropolitana do Porto (767.058,93€);
- Rede Ferroviária Nacional REFER, EP (453.974,83€).

Em 2009, os clientes com montantes mais significativos foram os seguintes:

- CP Carga, S.A., com o saldo supra citado;
- Bombardier Transp. Portugal, S.A. (2.259.351,03€);
- Rede Ferroviária Nacional REFER, EP (617.609,42€);
- Metro da Área Metropolitana do Porto (426.680,72€);
- Siemens (386.624,22€).

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como se segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
<b>CLIENTES C/C</b>				
Gerais	99.636	66.305	5.951	159.990
Empresa-mãe				
Empreendimentos conjuntos				
<b>TOTAL</b>	<b>99.636</b>	<b>66.305</b>	<b>5.951</b>	<b>159.990</b>

No que respeita ao aumento da rubrica perdas por imparidade de clientes, não há uma alteração considerada significativa, sendo no entanto de realçar, em termos dos montantes envolvidos, o peso dos clientes Município de Mangualde e Marginal – Industria Metalomecânica, S.A. responsáveis, respectivamente, por 44% e 35% do total do acréscimo verificado.

De realçar ainda o Metropolitan Ligeiro de Mirandela que, com um montante inferior, apresenta um elevado número de documentos em dívida e tem manifestado desde finais de 2008 alguma dificuldade em respeitar os seus compromissos de pagamento para com a EMEF.

No que concerne a reversões, foram motivadas pela regularização do pagamento de alguns documentos de 2008 e 2009 pelo cliente Metropolitan Ligeiro de Mirandela e ao acordo, com o intuito de manter as boas relações comerciais, estabelecido com a AP Amoníaco de Portugal, S.A., relativo ao incidente com uma cisterna, que se encontrava em contencioso, tendo a EMEF assumido 50% do custo da reparação e o cliente os restantes 50%.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora 90 a 180 dias	Mora 180 a 360 dias	Mora mais de 360 dias	Total
<b>2010</b>						
<b>CLIENTES C/C</b>						
Gerais	10.673.143	1.944.680	989.054	1.628		13.608.505
Empresa-mãe	8.252.859	1.470.751	3.358	39.679	19.124	9.785.771
Empreendimentos conjuntos	4.131					4.131
<b>Clientes cobrança duvidosa</b>				32.759	186.718	219.477
<b>Ajustamentos</b>				(8.190)	(151.800)	(159.990)
<b>TOTAL</b>	<b>18.930.133</b>	<b>3.415.431</b>	<b>992.412</b>	<b>65.876</b>	<b>54.042</b>	<b>23.457.894</b>
<b>2009</b>						
<b>CLIENTES C/C</b>						
Gerais	2.860.586	4.491.517	114.752	20.765		7.487.620
Empresa-mãe	8.878.077	2.526.187	66.784	730.783	460.840	12.662.671
Empresas subsidiárias						
Empreendimentos conjuntos	2.411					2.411
<b>Clientes cobrança duvidosa</b>			44	23.760	116.882	140.686
<b>Ajustamentos</b>			(11)	(5.940)	(93.685)	(99.636)
<b>TOTAL</b>	<b>11.741.074</b>	<b>7.017.704</b>	<b>181.569</b>	<b>769.368</b>	<b>484.037</b>	<b>20.193.752</b>

## 11. CLIENTES

---

Não foram constituídos ajustamentos relativos à rubrica clientes empresa-mãe.

Consideraram-se montantes não vencidos os saldos de clientes que resultam de facturas cuja data de vencimento ainda não se encontra terminada a 31 de Dezembro de 2010.

Os saldos de clientes em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos para os quais, face à actual conjuntura económica, existe ainda uma expectativa de liquidação futura. Em 2010 verificou-se, de um modo geral, uma redução dos valores em mora face a 2009.

## 12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de estado e outros entes públicos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>ACTIVO</b>		
Imposto sobre o rendimento	313.793	281.026
	<b>313.793</b>	<b>281.026</b>
<b>PASSIVO</b>		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções de imposto sobre o rendimento	284.692	243.861
IVA a pagar	2.855.404	1.522.556
IVA a recuperar	(3.475)	
Outros impostos	5	20
Contribuições para a Segurança Social	694.704	696.531
<b>TOTAL</b>	<b>3.831.330</b>	<b>2.462.968</b>

### *Activo*

A EMEF está inserida no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) e, uma vez que o grupo apresenta prejuízos consecutivos, não é possível efectuar a dedução à colecta destes prejuízos. Deste modo, a empresa-mãe procedeu à solicitação do reembolso do Pagamento Especial por Conta (PEC).

Os valores apresentados relativos ao imposto sobre o rendimento resultam essencialmente do montante dos PEC, para os quais se aguarda o reembolso.

### *Passivo*

Nesta rubrica, destaca-se a variação do ano de 2009 para 2010 no IVA a pagar. Esta variação é resultante de efeitos opostos no IVA Liquidado e Dedutível, ou seja, verifica-se um aumento do IVA liquidado em 2010 e, por outro lado, uma diminuição do IVA dedutível.

O aumento do IVA liquidado ficou a dever-se essencialmente à facturação do fabrico de 120 vagões de 60 pés e 40 vagões de 45 pés. Por seu lado, o IVA dedutível também sofreu um decréscimo devido à redução da aquisição de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, bem como dos fornecimentos e serviços externos.

## 13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>VALOR BRUTO</b>		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Outros devedores		
Pessoal	110.590	154.475
Acréscimos de rendimentos	661.933	80.773
Devedores diversos	3.775.293	3.704.411
Reembolso de despesas	363.841	1.138.504
Outros		15.320
	<b>4.911.657</b>	<b>5.093.483</b>
<b>IMPARIDADE ACUMULADA</b>		
Imparidade do período		
Imparidade de períodos anteriores		
	-	-
<b>VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO</b>	<b>4.911.657</b>	<b>5.093.483</b>

A variação apresentada entre o ano de 2009 e o ano de 2010 resulta essencialmente de duas situações distintas e com efeitos inversos. Verificou-se um aumento na conta 2721 - devedores por acréscimo de rendimentos, resultante da especialização de prestações de serviços não facturados. Por outro lado, registou-se um decréscimo da conta 2786 - outros devedores e credores - reembolsos de despesas, referente ao reembolso do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), no valor de 877.849 euros, que foi pago por excesso aquando da aquisição das instalações da Amadora e que foi ressarcido pela Direcção-Geral de Impostos (DGCI) em 2010.

A empresa tem ainda contabilizado em Contas a receber o montante de 1.418 mil euros referente a créditos pagos ao BCP Factoring, cuja recuperação se encontra pendente de diligências judiciais em curso. Estes pagamentos referem-se a facturas por serviços prestados à EMEF pela firma MARGINAL, SA que foram indevidamente pagos ao BCP Factoring, por anteriormente os mesmos créditos já terem sido cedidos por este Fornecedor à CCAM da Costa Verde.

Suportada em acção civil interposta no Tribunal Judicial da Comarca de Abrantes, e não podendo a EMEF pagar em dobro pelo mesmo serviço, não foi constituída qualquer provisão, considerando-se como inequívoco o direito e certa a recuperação da integralidade daquele valor acrescido da respectiva mora.

Complementarmente e nesta fase, pode ainda informar-se que a acção instaurada continua os seus trâmites, tem como pedido de pagamento o valor de 1.610.595,01€, acrescidos de juros de mora até integral pagamento. É por isso convicção da EMEF, suportada por parecer jurídico, que a acção é viável, isto é, que o objectivo preconizado pela empresa (reembolso da importância em causa) está ao seu alcance.

## 14. DIFERIMENTOS

A rubrica de diferimentos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>ACTIVO</b>		
Gastos a reconhecer		
Seguros	147.320	202.642
Diversos	99.715	14.491
	<b>247.035</b>	<b>217.133</b>
<b>PASSIVO</b>		
Rendimentos a reconhecer		
Fact.p/Conta-Trab.a Real.	1.388.646	601.165
Outros Rec.c/rend.Dif	975.200	
<b>TOTAL</b>	<b>2.363.846</b>	<b>601.165</b>

A rubrica rendimentos a reconhecer apresenta uma variação significativa no ano de 2010 comparativamente ao ano de 2009, sendo esta variação no montante de 1.762.681 euros. Este desvio é justificado essencialmente pelas seguintes situações:

- **Facturação por conta – trabalhos a realizar:** Remanescente do segundo adiantamento de 20% facturado à CP Carga e não recebido, equivalente a 60 vagões, relativo ao contrato de fabrico de 100 vagões de 45 pés;
- **Outros recebimentos com rendimentos diferidos:** diferimento do montante suportado com as obras de reconversão e recuperação do armazém sito na Amadora e facturado em 2010 à Fergráfica, no âmbito do contrato de arrendamento celebrado entre esta e a EMEF, em que a Fergráfica se apresenta como arrendatária. O reconhecimento do montante facturado encontra-se a ser efectuado numa base linear durante o período do contrato (até Outubro de 2019), sendo mensalmente reconhecido como um rendimento suplementar.

## 15. CAPITAL REALIZADO

O capital social de 8.100.000 euros, representado por 8.100.000 acções ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2010 sendo totalmente detido pela CP.

## 16. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Esta rubrica respeita a prestações suplementares/acessórias concedidas pela CP, no montante total de 7.107.505 euros, dos quais 6.949.305 euros remontam a 2009, quando da recomposição dos capitais próprios da EMEF. Foi celebrado em 14/5/2010 um contrato de Prestações Acessórias de Capital no valor de 892.000 euros, tendo sido recebido no ano de 2010 o montante de 158.200 euros.

## 17. RESERVAS LEGAIS

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EMEF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, a EMEF não efectuou reforços ao montante da reserva, em resultado do resultado líquido negativo apresentado em 2009.

## 18. OUTRAS RESERVAS

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Posição no início do período	617.458	617.458
<b>TOTAL</b>	<b>617.458</b>	<b>617.458</b>

As reservas livres constantes nesta rubrica resultaram da decisão de aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício de 1995 a 1998.



## 19. RESULTADOS TRANSITADOS

A variação dos resultados transitados diz respeito às seguintes situações:

- Incorporação do resultado líquido negativo do período referente ao exercício anterior, no montante de 2.112.219 euros;
- Ajustamentos de conversão no âmbito do SNC, no montante de 1.432.022 euros, descrito na alínea b) do ponto 2.4;
- Realização da reserva de reavaliação, no montante de 5.139 euros, descrito na Nota 21 – Excedentes de Revalorização.

## 20. AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Posição no início do período	8.747	8.747
Relacionados com o método de equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição		
Lucros não atribuídos		
Não decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas		
Outros		
<b>TOTAL</b>	<b>8.747</b>	<b>8.747</b>

Não se registaram variações no ano de 2010.

## 21. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Posição no início do período	37.919	45.448
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento		
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	(5.139)	(7.529)
Impostos diferidos		
<b>TOTAL</b>	<b>32.780</b>	<b>37.919</b>

A variação ocorrida em 2010, face ao ano de 2009, resulta da reavaliação livre efectuada no ano de 2002 do activo fixo tangível ao abrigo da Directriz Contabilística n.º 16, tendo sido objecto de reavaliação os bens com custo de aquisição superior a 200 euros. A 31/12/2010, o montante da reavaliação por realizar ascende a 32.780 euros.

O movimento na rubrica de provisões é analisado como se segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de desconto	Saldo final
Impostos						
Garantias a clientes						
Processos judiciais em curso	769.733	391.779		(173.284)		988.228
Acidentes de trabalho e doenças profissionais						
Matérias ambientais						
Contratos onerosos						
Reestruturação						
Outras provisões		136.383				136.383
<b>TOTAL</b>	<b>769.733</b>	<b>528.162</b>	<b>-</b>	<b>(173.284)</b>	<b>-</b>	<b>1.124.611</b>

### Processos judiciais

A EMEF regista provisões relativas a processos judiciais em curso em que existe probabilidade de que venham a ocorrer exfluxos económicos para a empresa. O montante corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

A provisão para processos judiciais em curso no montante de 988.228 euros inclui essencialmente os seguintes processos:

- Processo instaurado contra a EMEF pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, no montante 492.427 euros;
- Processo instaurado contra a EMEF e outros réus no âmbito de acidente ocorrido em 2008 na Linha do Tua, no montante de 192.201 euros;
- As restantes provisões são referentes a processos judiciais instaurados por trabalhadores e ex-trabalhadores, e pela Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

### Outras Provisões

O montante registado em 2010 é referente à provisão criada para fazer face à participação nos capitais próprios negativos do empreendimento conjunto EMEF/SIEMENS ACE. Esta provisão corresponde à participação que a EMEF detém no ACE (51%) sobre os capitais próprios negativos do empreendimento conjunto a 31/12/2010.

## 23. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>NÃO CORRENTE</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	15.062.500	21.440.000
Locações financeiras		
Mercado de valores mobiliários		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Outros financiadores		
	<b>15.062.500</b>	<b>21.440.000</b>
<b>CORRENTE</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	6.377.500	2.680.000
Descobertos bancários	7.616.763	4.358.357
Locações financeiras		
Mercado de valores mobiliários		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Outros financiadores		
	<b>13.994.263</b>	<b>7.038.357</b>
<b>TOTAL</b>	<b>29.056.763</b>	<b>28.478.357</b>

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS</b>		
<b>Empréstimos bancários</b>		
Até 1 ano	6.377.500	2.680.000
De 1 a 5 anos	12.875.000	21.440.000
A mais de 5 anos	2.187.500	
<b>Descobertos bancários</b>		
Até 1 ano	7.616.763	4.358.357
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
<b>Locações financeiras</b>		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
<b>Mercado de valores mobiliários</b>		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
<b>Participantes de capital</b>		
Empresa-mãe – Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros participantes – Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros financiadores		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
<b>TOTAL</b>	<b>29.056.763</b>	<b>28.478.357</b>

À data de 31 de Dezembro de 2010, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes são analisados como se segue:

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Instituições de crédito e sociedades financeiras									
Empréstimos bancários									
Amortizações	9.375.000	875.000	875.000	875.000	875.000	875.000	875.000	437.500	15.062.500
Juros vincendos estimados	444.994	243.940	204.906	165.871	127.210	87.801	48.767	9.732	1.333.221
<b>TOTAL</b>	<b>9.819.994</b>	<b>1.118.940</b>	<b>1.079.906</b>	<b>1.040.871</b>	<b>1.002.210</b>	<b>962.801</b>	<b>923.767</b>	<b>447.232</b>	<b>16.395.721</b>

## 24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>NÃO CORRENTE</b>		
Fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimento		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores		
Pessoal		
	-	-
<b>CORRENTE</b>		
Fornecedores de investimentos	783.509	1.103.922
Devedores por acréscimos de rendimento	5.876.106	6.642.077
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	345	5.881
Pessoal	43.404	65.959
<b>TOTAL</b>	<b>6.703.364</b>	<b>7.817.839</b>

### *Fornecedores de investimentos*

O montante da rubrica fornecedores de investimentos sofreu uma diminuição face ao ano de 2009, acompanhando o comportamento que se verificou ao nível da diminuição das aquisições de activos fixos tangíveis.

### *Devedores por acréscimos de rendimento*

A diminuição de 765.971 euros em 2010, face ao ano anterior, deve-se, não só à diminuição do valor especializado das responsabilidades com férias e subsídio de férias referentes ao exercício transacto a abonar em 2010 no montante de 532.036 euros, como também à diminuição de outras remunerações a liquidar no ano seguinte. Estas situações estão directamente relacionadas com decréscimo do efectivo, conforme Nota 34. De realçar também o decréscimo do valor especializado com seguros a liquidar, no montante de 83.310 euros. Esta variação deve-se ao facto de em 2009 estarem registados acertos de prémios de seguro de responsabilidade civil de exploração e de produtos, referentes aos anos de 2007 e 2008 que, pelo facto de não se terem verificado, foram anulados em 2010. Também o valor referente a acertos de prémios de seguro referentes ao exercício de 2009 é substancialmente mais elevado do que em 2010.

## 25. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Fornecedores c/c</b>		
Gerais	10.206.929	12.095.378
Empresa-mãe	511.066	283.547
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Outras partes relacionadas		
Fornecedor - Retenção de garantia	1.579	1.579
<b>Fornecedores - títulos a pagar</b>		
Gerais		
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Outras partes relacionadas		
<b>Facturas em recepção e conferência</b>	375.119	(235.385)
<b>TOTAL</b>	<b>11.094.693</b>	<b>12.145.119</b>

A variação verificada na rubrica de fornecedores resulta do impacto directo da diminuição das compras de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, bem como da diminuição dos fornecimentos e serviços externos.

## 26. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

A rubrica de adiantamento de clientes é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
CP - Caminhos de Ferro Portugueses E.P.		17.251
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	2.568.342	7.494.596
CP Carga - Log Transporte Ferr Mercadorias S.A.	9.005.833	8.224.933
Sociedade dos Transportes Colectivos do Porto, S.A.		13.535
<b>TOTAL</b>	<b>11.574.175</b>	<b>15.750.315</b>

A variação mais significativa verificou-se no cliente CP, motivada pela redução do valor dos adiantamentos processados pela empresa-mãe por conta de facturação a emitir, para fazer face a dificuldades de tesouraria da EMEF.

No que concerne aos adiantamentos resultantes de facturações parciais emitidas pela EMEF, o valor mantém-se idêntico ao de 2009, sendo a diferença pouco relevante, resultado do acréscimo relativo ao segundo adiantamento de 20% dos contratos de fabrico de vagões e das regularizações efectuadas na sequência da entrega de 120 vagões de 60 pés e 40 vagões de 45 pés.



## 27. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>VENDAS</b>		
Fabrico vagões tipo SGNSS	13.500.000	
Fabrico vagões tipo LGNSS	2.914.000	
	<b>16.414.000</b>	<b>-</b>
<b>SERVIÇOS PRESTADOS</b>		
Manutenção	32.879.719	32.734.360
Reparação	34.645.540	44.351.742
Montagem	43.119	3.205.604
	<b>67.568.378</b>	<b>80.291.706</b>
<b>TOTAL</b>	<b>83.982.378</b>	<b>80.291.706</b>

Em Julho de 2010 iniciou-se a entrega à CP Carga de vagões fabricados, tendo sido concluídos e entregues ao cliente 120 vagões de 60 pés e 40 vagões de 45 pés até final do ano.

A nível dos serviços, verificou-se uma redução no segmento de reparação motivada pela quebra na prestação de serviços de reparação sistemática e programada.

A conclusão do Projecto de Montagem de Locomotivas 4700 no ano de 2009 explica a redução significativa da prestação de serviços no segmento de Montagem. No ano de 2010, apenas foram facturadas as revisões de preço relativas à montagem das Locomotivas 4723, 4724 e 4725.

## 28. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Subsídios Twin Limited (Projecto Saferail)	21.281	63.844
<b>TOTAL</b>	<b>21.281</b>	<b>63.844</b>

Os subsídios à exploração em 2009 e 2010 estão relacionados com incentivos à investigação recebidos no âmbito do projecto SAFERAIL. Este projecto, com duração de 3 anos, teve início em Outubro de 2008, insere-se no Sétimo Programa Quadro (FP7) da União Europeia e tem por objectivo o desenvolvimento e implementação de dois novos sistemas de inspecção não destrutiva de rodados. O financiamento máximo das despesas elegíveis é de 50% para Actividades de I&D e 100% para Outras Actividades. Em concreto, o Projecto SAFERAIL tem um subsídio previsto no valor de 113.500 euros, 75% dos quais já foram recebidos através de 3 tranches em 2009 e uma tranche em 2010. Os restantes 25% serão entregues no final do projecto, que ocorrerá em Setembro de 2011.

## 29. GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>PERDAS</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
EMEF INTERNACIONAL	(16.519)	
EMEF/SIEMENS ACE	(136.383)	
	<b>(152.902)</b>	<b>-</b>
<b>GANHOS</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
SAROS	17.317	68.757
	<b>17.317</b>	<b>68.757</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(135.585)</b>	<b>68.757</b>

De referir que o valor de 136.383 euros é relativo a provisão para capitais próprios negativos (cobertura de prejuízos), conforme descrito na nota 22.

## 30. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO

A rubrica de variação nos inventários da produção é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>INVENTÁRIOS INICIAIS</b>		
Produtos acabados e intermédios	1.137.710	962.211
Produtos e trabalhos em curso	1.315.091	0
	<b>2.452.801</b>	<b>962.211</b>
<b>REGULARIZAÇÕES</b>		
Inventários	-24	-683
	<b>-24</b>	<b>-683</b>
<b>INVENTÁRIOS FINAIS</b>		
Produtos acabados e intermédios	1.317.818	1.137.710
Produtos e trabalhos em curso	2.654.819	1.315.091
	<b>3.972.637</b>	<b>2.452.801</b>

As principais variações ocorridas nos inventários da produção já foram explicadas na Nota 10 – Inventários.

## 31. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activos fixos tangíveis	77.234	445.886
<b>TOTAL</b>	<b>77.234</b>	<b>445.886</b>

As variações ocorridas nesta rubrica são justificadas pela conclusão em 2009 de grande parte dos trabalhos para a própria empresa que se efectuaram no decorrer de 2009, todos eles efectuados pela Unidade de Novos Projectos, para suporte ao Projecto de Fabrico de Vagões, nomeadamente:

- Fabrico Gabarits vagões SGNSS;
- Fabrico Gabarits vagões LGNSS;
- Extensão Caminho Rolamento Pontes Rolantes;
- Mudança local instalação Câmara Pintura;
- Modificação Banco de Ensaio.

Todos estes trabalhos foram convertidos em activos fixos tangíveis em 2009 e o seu valor ascendeu a 389.707 euros.

## 32. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	30.387.908	22.246.833
<b>TOTAL</b>	<b>30.387.908</b>	<b>22.246.833</b>

Esta rubrica regista o consumo de matérias-primas e subsidiárias no processo produtivo da EMEF, no qual se salienta o consumo de matérias no projecto de fabrico de vagões no ano de 2010, no montante de 13.121.519 euros. Em 2009, este projecto consumiu matérias no montante de 1.036.101 euros.

### 33. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como se segue:

Descrição	2010	2009
<b>Subcontratos</b>	2.691.970	4.500.985
<b>Serviços especializados:</b>		
Trabalhos especializados	1.009.230	1.146.144
Publicidade e propaganda	49.512	38.078
Vigilância e segurança	944.519	921.037
Honorários	25.495	52.058
Conservação e reparação	779.606	491.025
<b>Materiais:</b>		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	348.485	469.531
Livros e documentação técnica	6.560	8.026
Material de escritório	122.528	168.507
Artigos para oferta	7.630	30.096
<b>Energia e fluidos:</b>		
Electricidade	854.534	797.388
Combustíveis	363.070	276.252
Água	89.407	87.516
Outros	40	33
<b>Deslocações, estadas e transportes:</b>		
Deslocações e estadas	137.659	101.843
Transportes de pessoal	73.476	69.590
Transportes de mercadorias	438.089	600.554
Outros	24.917	25.885
<b>Serviços diversos:</b>		
Rendas e alugueres	4.335.870	4.396.657
Comunicação	289.819	253.978
Seguros	315.374	297.774
Contencioso e notariado	2.802	499
Despesas de representação	14.350	34.443
Limpeza, higiene e conforto	785.252	868.290
Outros serviços	119.321	138.059
<b>TOTAL</b>	<b>13.829.515</b>	<b>15.774.246</b>

As variações ocorridas nesta rubrica são motivadas essencialmente pela redução da subcontratação no valor de 1.809.014 euros nos Parques Oficiais e Manutenção de Lisboa.

A redução dos subcontratos verificada nos Parques Oficiais é justificada pela diminuição da actividade de reparação e pelo recurso a meios internos, sempre que possível, numa óptica de racionalização de custos e aproveitamento de mão-de-obra interna disponível.

A quebra dos subcontratos na Manutenção de Lisboa é justificada pelo desenvolvimento de competências internas na reparação de componentes electrónicos das automotoras da Linha de Sintra, anteriormente efectuada por empresas externas.

## 34. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Remunerações dos órgãos sociais	219.418	247.681
Remunerações do pessoal	29.312.152	31.197.470
Indemnizações	1.781.602	836.284
Encargos sobre remunerações	6.288.092	6.583.113
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	717.771	984.019
Gastos de acção social	141.417	159.285
Outros gastos com o pessoal	1.594.086	1.560.198
<b>TOTAL</b>	<b>40.054.538</b>	<b>41.568.050</b>

Observou-se uma diminuição dos gastos com pessoal do ano de 2009 para o ano de 2010, originada pelo decréscimo do efectivo. Em 2010 o número de saídas por mútuo acordo foi superior ao verificado em 2009 e, conseqüentemente, o valor das indemnizações também.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa no exercício de 2010 foi de 1.555. Por seu lado, em 2009, foi de 1.628 pessoas.

A rubrica outros gastos com o pessoal abrange, essencialmente, concessões da utilização de transportes, seguros de acidentes pessoais, formação, medicina no trabalho e subsídio de doença.

## 35. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Rendimentos suplementares	1.258.281	313.047
Descontos de pronto pagamento obtidos	44.359	65.715
Ganhos em inventários	5.394	5.593
Diferenças de câmbio favoráveis	49.495	172.944
Investimentos não financeiros	6.196	4.300
Outros	463.314	582.407
<b>TOTAL</b>	<b>1.827.039</b>	<b>1.144.006</b>

A variação desta rubrica é justificada essencialmente pelo acréscimo de rendimentos suplementares no ano de 2010, dos quais se destaca:

- Serviços de consultoria e formação efectuados para a empresa suíça SBB (Swiss Federal Railways) no valor de 405.202 euros;
- Arrendamento à Fergráfica, no valor de 196.368 euros;
- Cedência de materiais à CP Carga, para aplicação no Material Rebocado de Mercadorias, ao abrigo do novo contrato celebrado com o cliente, no valor aproximado de 130.000 euros.

## 36. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Impostos	48.573	33.096
Perdas em inventários	63.249	9.336
Correcções relativas a exercícios anteriores	707.225	267.264
Serviços bancários	89.582	106.311
Juros suportados - acordos empresas grupo	97.452	96.053
Juros suportados - descobertos bancários	169.249	115.898
Diferenças de câmbio desfavoráveis	119.642	99.027
Outros	38.124	74.243
<b>TOTAL</b>	<b>1.333.097</b>	<b>801.229</b>

As maiores variações na rubrica de outros gastos e perdas são justificadas sobretudo por correcções aos gastos com pessoal no exercício de 2010, nomeadamente no seguro de doença por acerto devido a cláusula de bónus/malus e no seguro de acidentes de trabalho no ano de 2009 no valor total de 340.000 euros.

## 37. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>GASTOS</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	(1.771.117)	(1.638.604)
Activos intangíveis	(12.968)	(23.627)
<b>REVERSÕES</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
<b>TOTAL</b>	<b>(1.784.085)</b>	<b>(1.662.230)</b>

Os gastos de depreciação de activos fixos tangíveis aumentaram devido à aquisição de novos bens no ano de 2010.



## 38. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Juros suportados	659.466	775.915
<b>TOTAL</b>	<b>659.466</b>	<b>775.915</b>

Em 2010, verificou-se um decréscimo das taxas de juro de referência Euribor, com consequências directas no que se refere aos juros suportados pela EMEF, uma vez que os empréstimos obtidos encontram-se indexados a esta mesma taxa.

## 39. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

O total dos futuros pagamentos para as locações operacionais existentes à data de 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são os que a seguir se apresentam:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Menos de um ano	92.132	92.121
Entre um e cinco anos	56.962	103.803
<b>TOTAL</b>	<b>149.094</b>	<b>195.924</b>

## 40. PARTES RELACIONADAS

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, a estrutura accionista da EMEF é a seguinte:

Descrição	2009						
	Activos			Passivos			
	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Accionistas/Sócios	Diferimentos
CP	12.662.670	38.373	7.511.847	283.655	819.129		545.071
CP Carga	3.260.091		8.224.933				
Fergráfica				11.443			
Ecosaúde	24.303			4.400			
Fernave	7.646			49.763			
Saros							
EMEF Internacional							
EMEF/Siemens - ACE							

Descrição	2010						
	Activos			Passivos			
	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Accionistas/Sócios	Diferimentos
CP	9.785.771	208.241	2.568.342	518.467	600.178	7.500.000	270.440
CP Carga	8.932.383	8.525	9.005.833	1.525			878.433
Fergráfica				19.583			
Ecosaúde				27.401			
Fernave	15.084			70.907			
Saros							
EMEF Internacional					11.930		
EMEF/Siemens - ACE				20.691			

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Descrição	2009						
	Inventários	Gastos				Rendimentos	
	Matérias-Primas	Fornecimentos e Serv. Externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financiamento	Prestação de Serviços	Outros Rendimentos e Ganhos
CP	72.868	4.338.292	948.320	6.285	146.611	66.204.650	65.008
CP Carga						3.232.500	
Fergráfica		18.356					
Ecosaúde	8.525	1.554	113.472	733			
Fernave			99.123			6.637	
Saros							
EMEF Internacional							
EMEF/Siemens - ACE							130.631

Descrição	2010						
	Inventários	Gastos				Rendimentos	
	Matérias-Primas	Fornecimentos e Serv. Externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financiamento	Prestação de Serviços	Outros Rendimentos e Ganhos
CP	112,229	4.246.302	951.329	8.251	76.516	53.928.775	105.744
CP Carga		1.969				23.144.004	129.068
Fergráfica		18.600					
Ecosaúde	4.400	790	106.090				
Fernave		1.400	132.979			10.702	3.648
Saros							
EMEF Internacional		4.786					
EMEF/Siemens - ACE			20.691			246	11.951

As remunerações auferidas pelos membros da Comissão Executiva durante o ano de 2010 foram as seguintes:

Órgãos Sociais	Remuneração	Despesas de Representação	Abonos por Deslocação	Subsídio de Refeição Isento	Subsídio de Refeição Sujeito	Encargos Sociais	Código do Regime de Seg. Social
Carlos Alberto Clemente Frazão (Presidente CE)	56.967	14.694	702	577	257	11.003	Reg. 633
Rita Adelaide Alho Martins (Vogal)	51.270	13.224	1.520	577	257	13.760	Reg. 669
Carlos Bento Nunes (Vogal) (1)	31.318	6.319	2.222			7.998	Reg. 669
José Manuel Sancho Pontes Correia (Vogal) (2)	29.049	7.469	351	558	249	7.813	Reg. 669

(1) Cessação do mandato a 17.06.2010

(2) Início do mandato a 24.06.2010

## 40. PARTES RELACIONADAS

As remunerações auferidas durante o exercício de 2010 foram as seguintes:

Assembleia Geral	Senhas Presença
Armando Fonseca Mendes (Presidente)	1.097
Maria Romana Da Cunha Vasconcelos (Secretário)	648

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	
KPMG & Associados, SROC, S.A.	7.500

Foram ainda suportados os seguintes gastos com trabalhos especializados:

Auditoria e consultoria Fiscal	
Auditoria Externa	15.900
Consultoria Fiscal	10.200

## 41. ACCIONISTAS/SÓCIOS

A EMEF possui dois empréstimos concedidos pela CP, um no montante de 5.000.000 euros, a vencer no próximo dia 26 de Maio, e outro de 2.500.000 euros, a vencer a 22 de Junho de 2011.

Ambos os empréstimos foram concedidos para apoio à Tesouraria.

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Accionistas/Sócios -Empréstimos de sócios-CP	7.500.000	
<b>TOTAL</b>	<b>7.500.000</b>	

## 42. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento do exercício reconhecido na demonstração de resultados refere-se à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor à data de cada relato. O imposto sobre o rendimento do período apresenta-se como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Imposto Sobre o Rendimento do Período	(46.530)	(42.215)
<b>TOTAL</b>	<b>(46.530)</b>	<b>(42.215)</b>

A EMEF não reconheceu activos por impostos diferidos por considerar que o grupo de sociedades abrangido pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), onde se insere, não tem expectativas de que se venham a obter lucros futuros.

Ano	Resultado Fiscal
2004	(10.015.815)
2005	(3.719.074)
2006	(11.570.123)
2007	(1.204.167)
2008	(4.138.797)
2009	(861.386)

## 43. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A 31 de Dezembro de 2010, a EMEF possui o seguinte activo não corrente detido para venda:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activos</b>		
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda	94.113	
<b>TOTAL</b>	<b>94.113</b>	<b>-</b>

Em 27 de Outubro de 2010, o Conselho de Administração da EMEF, em consonância com as instruções recebidas da CP EPE, deliberou iniciar o processo com vista à cessão das quotas na SAROS, pelo valor do balanço a 31/12/2010, pelo que este valor foi reclassificado para activos não correntes detidos para venda a 31/12/2010.

## 44. GARANTIAS BANCÁRIAS

Os valores referentes a garantias bancárias são os seguintes:

Descrição	2010	2009
Garantias bancárias recebidas	1.976.414	1.109.466
Garantias bancárias dadas	601.437	613.645
<b>TOTAL</b>	<b>2.577.851</b>	<b>1.723.111</b>

Os valores acima identificados não constam do Balanço.

## 45. MATÉRIAS AMBIENTAIS

A DQAS, através do Coordenador Geral do Ambiente e Interlocutores Locais/Órgãos Oficiais, interveio designadamente nos seguintes aspectos de ambiente:

- Registo electrónico de dados de resíduos, no portal oficial SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente)
- Registo electrónico de dados de energia no SGCIE (Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia)
- Consolidação de informação de toda a EMEF, para resposta ao inquérito anual do INE – "Gestão e Protecção do Ambiente".

Na sequência de auditorias internas ao processo de gestão de resíduos, realizadas pela Área de Auditoria Interna, a DQAS coordenou um grupo de trabalho com várias Áreas/Direcções da EMEF e definiu um programa de acções que designou por projecto "Melhoria de gestão de resíduos" (MGR).

Neste contexto e na sequência de orientações superiores, foi igualmente lançado concurso e estabelecido um contrato global de gestão de resíduos com a empresa "Ecodeal", em Setembro de 2010. Este contrato contempla o acondicionamento, recolha, transporte, encaminhamento, eliminação e/ou valorização de resíduos resultantes da actividade da EMEF.

Foi ainda aprovada nova edição do procedimento EMEF – PFA.32.1.0 "Gestão de Resíduos", cujas alterações contemplaram, entre muitas outras, um maior detalhe na descrição das actividades, incluindo o preenchimento das guias de acompanhamento de resíduos (GAR), novas regras para amostragem/acompanhamento de pesagens/quantidades e validação/emissão de facturas, uniformização de códigos de resíduos, etc.

O âmbito das auditorias integradas no programa de auditorias internas global, gerido pela DQAS, contemplou, além dos requisitos directamente ligados à norma NP EN ISO 9001, também a avaliação de requisitos

de ambiente. Nessa sequência, foram definidas e desenvolvidas acções correctivas de forma a eliminar as causas das constatações levantadas nas auditorias acima, bem como nas duas auditorias de Gestão Ambiental realizadas pelo Cliente CP: uma à ex-Manutenção de Lisboa, nas instalações de Campolide e Santa Apolónia; e outra às instalações de Contumil (PON e UMAV).

Também na óptica da redução dos riscos para o ambiente e para as pessoas, com vista à homologação de produtos de limpeza utilizados no âmbito do serviço prestado pela EMEF, foram analisados novos produtos e emitidos pareceres pela DQAS, em colaboração com a Direcção de Engenharia e Estruturas Locais de Higiene e Segurança.

Quanto ao aspecto "Energia", em 2010 foi efectuada a contratualização e acompanhamento de auditorias energéticas às instalações do Entroncamento e Guifões, de modo a dar sequência ao disposto na legislação quanto ao sistema de gestão de consumidores intensivos de energia (SGCIE).

Em matéria ambiental, a rubrica fornecimento de serviços externos, respeitante ao ano de 2010, registou um custo de 210.976,69 euros, em que cerca de 89,8% desse valor foi relativo à gestão de resíduos (encaminhamento de resíduos para destino adequado e limpezas de ETAR e Separadores de Hidrocarbonetos), 6,7% está relacionado com a gestão das águas residuais (nomeadamente realização de análises a efluentes líquidos) e 3,5% corresponde à gestão das emissões gasosas (caracterização de efluentes gasosos). Para 2011 é esperada a redução do valor acima indicado, em especial no que à gestão de resíduos diz respeito, em consequência do novo contrato que se encontra em utilização.

## 46. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço ocorreram os seguintes acontecimentos que não deram lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras da empresa:

No dia 16 de Fevereiro de 2011 foi assinado o Contrato de Cessão de Quotas entre EMEF e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., no qual a EMEF vendeu à CP a totalidade das quotas da sociedade SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., pelo valor do capital próprio apurado pela SAROS à data de 31/12/2010, no montante de 94.124,33 euros. Esta operação foi registada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora em 23 de Março de 2011.

No dia 17 de Fevereiro, o Conselho de Administração da CP deliberou que se celebre junto da EMEF um Contrato de Promessa de Compra - Venda do imóvel sito na Amadora.

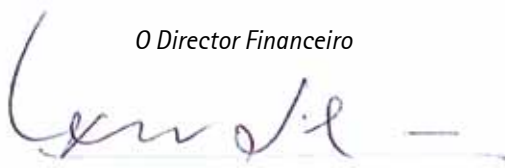
10 de Março de 2011

O Técnico Oficial de Contas



Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

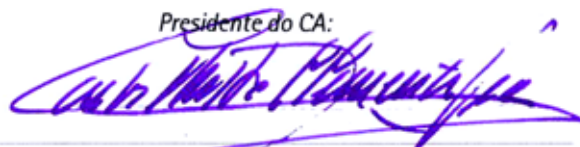
O Director Financeiro



Dr. Alberto Manuel Cordelo Espingardeiro

O Conselho de Administração

Presidente do CA:



Eng.º Carlos Alberto Clemente Frazão

Vogal:



Dr.ª Rita Adelaide da Silva Alho Martins

Vogal:



Eng.º José Manuel Sancho Pontes Correia



relatório e parecer do conselho fiscal  
e certificação legal das contas

**EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Exercício de 2010**

Senhor Accionista da

**EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**

Em cumprimento da lei e dos estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, Demonstrações financeiras e anexo da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (Sociedade) relativo ao exercício de 2010, e a respectiva proposta de aplicação de resultados.

No decurso do exercício findo a 31 de Dezembro de 2010, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a evolução das actividades da Sociedade, tomou conhecimento dos actos de gestão do Conselho de Administração, e apreciou a adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em vigor. No exercício das nossas competências acompanhámos ainda i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos suporte e ii) a apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, tarefas desempenhadas pelo Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos termos da Certificação Legal das Contas para o exercício de 2010, emitida com data de 21 de Abril de 2011, sem reservas e com uma ênfase, com a qual concordamos.

Procedemos também à análise do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração o qual, em nosso entender, se encontra em conformidade com as contas, complementa as informações contidas nas demonstrações financeiras, relata os factos mais significativos da actividade da Sociedade, satisfazendo os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

Em conformidade com o exposto, somos do parecer que a Assembleia-Geral da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão bem como os restantes documentos de prestação de contas do exercício de 2010; e,
- b) Aproveis a proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

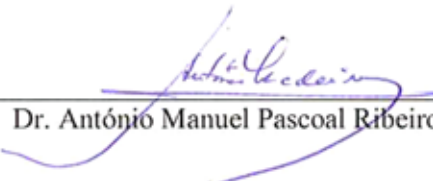
Lisboa, 21 de Abril de 2011

#### O Conselho Fiscal

  
\_\_\_\_\_  
Dra. Elsa Maria Roncon Santos (Presidente)

\*

\_\_\_\_\_  
Dr. Jorge Miguel Campos Martins, ROC 1244

  
\_\_\_\_\_  
Dr. António Manuel Pascoal Ribeiro Medeiros (Vogal)

\* nas assinaturas por estar ausente

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 77.670.821 euros e um total de capital próprio de 4.422.038 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.224.791 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



## Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que a Empresa tem vindo a apresentar resultados operacionais negativos. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, conforme divulgado nota 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro do Anexo às demonstrações financeiras, a qual depende do suporte financeiro dos accionistas, da capacidade de revisão dos contratos de prestação de serviços com o seu principal cliente e accionista único, do sucesso futuro das suas operações e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

## Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 21 de Abril de 2011

---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)

